



## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB  
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD  
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB  
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV  
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT  
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

## SUMÁRIO

### 1 – ORDEM DO DIA

1.1 – Plenário

### 2 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 3 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



## ORDEM DO DIA

### ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 14/3/2017

#### 1ª Parte

##### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

##### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 148/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao corregedor-geral de Polícia Civil pedido de informações sobre a conclusão da Sindicância Administrativa nº 216.488/2014, instaurada contra o delegado de Polícia Civil Vinícius da Costa Miguel, e sobre as providências adotadas quanto a comentários postados pelo delegado nas redes sociais a respeito da ação parlamentar do deputado Sargento Rodrigues no que tange aos agentes penitenciários contratados. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.284/2015, da Comissão de Turismo, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre as expectativas de prosseguimento das obras da via de acesso ao aeroporto de Juiz de Fora, explicitando o cronograma de execução das obras e de repasses de recursos financeiros a esse município para fins de efetiva finalização das obras do Hospital Regional de Juiz de Fora. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.317/2015, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Codemig pedido de informações sobre o contrato celebrado com a Copasa Águas Minerais de Minas para concessão do envasamento de água mineral nos Municípios de Araxá, Caxambu, Cambuquira e Lambari, acompanhado de pedido de envio de cópias do referido contrato, do distrato que culminou no seu rompimento e do novo contrato temporário, celebrado com a mesma empresa e para a mesma finalidade. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.318/2015, do deputado Felipe Attiê, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Planejamento pedido de informações que menciona sobre o Quadro de Pessoal do Estado em 2015. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.384/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao diretor do Instituto de Criminalística de Belo Horizonte pedido de informações sobre os dados que demonstram a existência da demanda de convocação de excedentes ao cargo de perito criminal, objeto do concurso público da Polícia Civil de Minas Gerais cujo edital é de 2013. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.385/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil pedido de informações sobre a morte de Leonardo Diogo Pereira Pires, em consequência de descarga elétrica sofrida enquanto trabalhava em uma cerâmica na cidade de Araguari, conforme noticiado pelo vereador José Donizetti Luciano. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.408/2015, da Comissão de Administração Pública, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre os impactos do atraso na votação do Projeto de Lei nº 1.660/2015; sobre a quantidade de agentes de segurança prisional e de agentes socioeducativos demitidos em razão da impossibilidade legal de prorrogação de seu contrato; e sobre as unidades que ficarão sem servidores e a quantidade de servidores que serão demitidos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.417/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o programa Mães de Minas relativas ao seu andamento, às diretrizes atuais e ao número de gestantes e crianças cadastradas e acompanhadas por meio de sua central de atendimento telefônico. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.419/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o total de recursos financeiros destinados à construção do hospital público regional da macrorregião de Divinópolis. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.420/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o repasse de recursos financeiros ao Hospital São João de Deus, de Divinópolis, nos últimos oito anos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 5.918/2016, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja encaminhado ao presidente da Cemig pedido de informações sobre organograma de projeto a ser executado no Município de Jacutinga. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

## **2ª Fase**

### **(das 16h15min em diante)**

Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.330, que acrescenta o § 4º ao art. 15 da Lei nº 14.868, de 16 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.



Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.331, que acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 14.130, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a prevenção contra incêndio e pânico no Estado. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.394, que acrescenta parágrafo único ao art. 64 da Lei nº 14.310, de 19 de junho de 2002, que dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.402, que autoriza o Poder Executivo a permutar o imóvel que especifica. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.628/2015, do deputado Duarte Bechir, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Sebastião da Bela Vista o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.962/2015, do deputado Douglas Melo, que obriga o fornecedor a disponibilizar ao consumidor o acesso a informações sobre empreendimentos imobiliários. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Desenvolvimento Econômico opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 13/2015, do deputado Doutor Wilson Batista, que proíbe os médicos dos hospitais da rede pública de saúde do Estado ou que recebam recursos públicos de recusar atendimento a pacientes do Sistema Único de Saúde – SUS. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

### 3ª Fase

Pareceres de redação final.



## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

#### Discursos Proferidos em 8/3/2017

A deputada Geisa Teixeira\* – Boa tarde a todos e a todas. Quero cumprimentar os colegas deputados, as nossas deputadas estaduais e a nossa presidente Marília Campos, tão representativa no dia de hoje, que é o Dia Internacional da Mulher.

Bem sabemos que, quando se cria o dia internacional, na verdade não é para que sejam feitas homenagens, embora elas sejam tão justas, mas para que o mundo, ou seja, a sociedade se volte para as questões destinadas, no caso, à mulher. Sabemos da grande luta das mulheres no mundo, das mulheres brasileiras e mineiras.

Historicamente dizendo, os nossos direitos e avanços foram conquistados dentro da sociedade de uma forma muito sofrida e aguerrida. Vejam bem, estamos em pleno século XXI e ainda temos dados importantes que falam, por exemplo, da violência contra as mulheres. A violência incide muito mais no lar, que deveria ser uma instituição protetiva. Mas, na verdade, é ali que ocorrem os maiores maus-tratos e homicídios contra as mulheres.

Aquele ditado que diz “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher” sofreu uma grande mudança desde a criação da Lei Maria da Penha, há 11 anos. No entanto, ainda temos dados horripilantes de números de homicídios das nossas mulheres, não somente em Minas Gerais, mas em nosso querido país, o Brasil. Vimos que, depois de instituída a lei, houve um decréscimo do número de mulheres brancas que sofreram violência, mas o número de mulheres negras e pardas vítimas de violência e homicídio é alarmante. Então, temos de estar preocupados, sim, com esses números, pensando nas políticas públicas que podem ser inseridas e, principalmente, na mudança de cultura para que a sociedade tenha um olhar de inserção e valorização da mulher. Que não tenhamos



mais a mulher como um objeto, como aquela que fica em casa, que pode ser agredida e que está ali somente em uma conduta diferenciada da do homem, que passa a ser o chefe da casa.

Graças a Deus, com o passar dos anos e décadas, creio que, talvez, a maior conquista da mulher dentro da sua história tenha sido a sua inclusão no mercado de trabalho. Com isso, podemos, sim, ser protagonistas da nossa história, haja vista que hoje 40% dos lares brasileiros são mantidos exclusivamente por mulheres. Mas, infelizmente, agora está sendo proposta uma reforma da previdência que quer atingir, de forma frontal, esse direito duramente conquistado pelas mulheres.

Ora, vejam bem, pretende-se igualar a idade mínima em 65 anos. As trabalhadoras, as nossas educadoras, que se aposentam aos 50 anos, terão de trabalhar até os 65 anos. Ou seja, haverá um aumento de 15 anos na jornada de trabalho. Da mesma forma com as nossas trabalhadoras rurais, que se aposentam aos 50. Também haverá um retrocesso no quesito pensão por morte, uma vez que sabemos que são as mulheres que em sua maioria têm esse benefício, que será tornado opcional. Ou ela fica com a sua aposentadoria ou com a pensão por morte. Enfim, muitos são os retrocessos e muitas são as lutas da mulher.

Hoje, pela manhã, no Palácio da Liberdade, com muita alegria participamos de um evento em que o governador instituiu o Conselho Estadual da Mulher, assumido pela nossa subsecretária de Políticas para as Mulheres, Larissa Amorim. Isso é uma grande conquista para o nosso Estado de Minas Gerais porque haverá um grande fortalecimento dos movimentos sociais, dos movimentos de mulheres. É um canal a mais para interagirmos com a sociedade e buscarmos, cada vez mais, os nossos direitos e as nossas possibilidades.

No mais, quero dar a todas as mulheres os meus parabéns e dizer que a nossa luta continua.

Há também o outro viés que eu gostaria de colocar neste Plenário: infelizmente a nossa baixa representatividade nos espaços de poder. Hoje, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, por exemplo, uma Casa com 77 deputados estaduais, há somente 6 deputadas. Então somos menos de 10%, sendo que, no momento das eleições, as mulheres representam mais de 52% de eleitoras no Estado. Enfim, isso é apenas para percebermos o quanto ainda precisamos avançar, o quanto precisamos ainda da voz e da vez das mulheres em todas as instâncias de poder, para que se ampliem cada vez mais os nossos direitos e a igualdade que tanto desejamos. Muito obrigada.

O deputado André Quintão (em aparte)\* – Eu queria cumprimentar V. Exa.; cumprimentar a presidência desta reunião de hoje, a deputada Marília Campos. Estendo os cumprimentos às deputadas Ione Pinheiro, Arlete Magalhães, Rosângela Reis e Celise Laviola, que integram a bancada feminina desta Casa. Estendo também os cumprimentos às servidoras da Assembleia Legislativa, dos gabinetes parlamentares, das assessorias, e às jornalistas.

Já foi o tempo em que as mulheres se contentavam apenas em celebrar o seu dia com uma homenagem única no ano. Felizmente essa luta das mulheres vêm se espraiando em várias áreas, em várias políticas públicas, em lutas cotidianas. E acredito que, neste ano, o 8 de março tem um caráter muito especial. Isso mostra um amadurecimento das mulheres, mas também da sociedade brasileira. É caracterizado como o dia internacional de luta das mulheres porque as mulheres hoje expressam e buscam a liberdade em vários campos: o campo do combate à violência e à exploração, o campo da previdência, o campo trabalhista, o campo do respeito à diversidade, contra o preconceito, contra o machismo. Então a marca do 8 de março deste ano é muito especial. Hoje há, aqui fora, uma assembleia das trabalhadoras da educação, as mulheres da agricultura familiar mobilizadas. Hoje houve a ocupação de um latifúndio, de uma área improdutiva, pelas mulheres sem terra, no Município de Itatiaiuçu. Enfim, em todos os cantos de Minas Gerais, do Brasil e do mundo, hoje, as mulheres estão irmanadas nessa luta civilizatória, ética, e em defesa dos seus direitos.

Então temos, sim, de celebrar; temos, sim, de destacar esse valor da mulher; mas que esse valor permaneça cotidianamente, principalmente de nossa parte. Que também possamos romper muitas vezes com o preconceito embutido, não revelado, mas que cada um de nós carrega. Acho que as mulheres estão demonstrando seu valor, inclusive aqui, na Assembleia Legislativa. Então, parabéns e muita luta para todos nós.

A deputada Geisa Teixeira\* – Obrigada. Que o Dia Internacional da Mulher seja simbolizado não somente com o receber flores, mas que retirem os espinhos que existem dentro da nossa vida. Muito obrigada e um ótimo dia a todos e a todas.

\* – Sem revisão do orador.

A deputada Marília Campos\* – Quero cumprimentar a deputada Geisa e o deputado Dirceu, que estão na Mesa, os demais deputados e deputadas desta Casa, todos e todas que nos acompanham pela TV Assembleia, as servidoras e os servidores públicos, em especial as trabalhadoras da Assembleia Legislativa.

Queria iniciar o meu pronunciamento falando da minha alegria hoje, pela manhã. Participei de um evento, aliás, não só eu, mas também as deputadas Geisa e Celise, em que foram nomeados os membros do Conselho Estadual da Mulher. A deputada Geise falou aqui da importância da formação e constituição desse Conselho Estadual da Mulher. Certamente esse conselho terá um papel muito importante para a elaboração das políticas públicas no Estado. Aproveito para desejar que esse conselho seja atuante no sentido de dar grande contribuição para que políticas públicas de amparo e proteção à mulher sejam instituídas em nosso Estado.

Quero falar da minha alegria por ter participado, deputada Geisa, de um evento em que a grande maioria das lideranças políticas e sociais eram mulheres, do quanto a gente se sentiu à vontade naquele ambiente, que contrasta muito com o da Assembleia Legislativa, onde a maioria de parlamentares é composta de homens, já que, dos 77 deputados, apenas 6 são mulheres, eu e as deputadas Geisa, Celise, Ione, Arlete e Rosângela. Não é fácil convivermos com essa situação na Assembleia Legislativa. Diria que, certamente, a nossa grande luta, a luta das mulheres hoje é para que tenhamos um sistema mais democrático. Continua atualíssima a luta para que mais mulheres estejam na política, não apenas porque queremos evitar esse constrangimento permanente em um ambiente amplamente masculino. Muitas vezes, a gente se sente em uma situação de constrangimento, o que dificulta muito a nossa participação nesta Casa. Certamente, teremos um ambiente melhor e mais democrático no dia em que as mulheres superarem essa sub-representação que temos não apenas nesta Casa, mas também nas demais casas legislativas do nosso país.

Quero, neste dia 8 de março, deixar não só os parabéns mas também o meu abraço a todas as mulheres de luta. Fizemos esta camiseta em homenagem a todas as mulheres de luta, as mulheres que estão dentro de casa, que se incubem do trabalho doméstico e de cuidar dos seus filhos, um trabalho não remunerado e, muitas vezes, muito pouco reconhecido. Então quero deixar o meu abraço a todas as trabalhadoras que, neste dia 8 de março, estão em seus locais de trabalho, num mercado de trabalho em que sofrem discriminação e recebem os piores salários. Considerando-se o desemprego existente hoje em nosso país – estamos com 13 milhões de desempregados –, certamente as primeiras pessoas a serem demitidas são as mulheres.

Quero cumprimentar também todas as mulheres das lideranças sociais e políticas e deixar o meu abraço às prefeitas, vereadoras e deputadas estaduais e federais e à ex-presidenta Dilma, que foi injustamente afastada do seu cargo de presidenta. Deixo o meu abraço também a todas as lideranças religiosas femininas e a todas as estudantes, inclusive as que estiveram, no ano passado, envolvidas na luta das estudantes secundaristas, na luta de resistência em defesa de melhor educação para todos e todas e contra a reforma do ensino médio.

Quero deixar o meu abraço a todas as lideranças femininas que lutam no dia a dia e convivem com a discriminação, o preconceito, o assédio, a violência e o machismo, que existe dentro desta Casa Legislativa, enfim a todas as mulheres de todo o mundo que, no dia de hoje, estão em luta nessa grande mobilização, marchando em todo o mundo, inclusive aqui no Brasil, neste 8 de março, na luta pelos direitos das mulheres.

O deputado Dirceu Ribeiro (em aparte)\* – Exma. Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, ouvintes da TV Assembleia, venho aqui também parabenizar todas as mulheres pelo Dia Internacional das Mulher! Vocês são exemplos de força, coragem, determinação e superação. Mães, filhas, avós, netas, esposas, amigas e namoradas: vocês são parte fundamental em nossas vidas.



Por meio da minha gratidão e imenso amor pela minha esposa Sônia Maria Baião Ribeiro, pela minha filha Fabiane Baião Ribeiro, e, ainda, por essa bancada feminina da Assembleia, homenageio todas as mulheres. Feliz Dia Internacional da Mulher! Muito obrigado.

A deputada Marília Campos\* – Obrigada, deputado Dirceu. Apenas para concluir o meu pronunciamento, queria deixar claro que no dia de hoje, aqui no Brasil, a nossa marcha, a nossa mobilização se concentra na defesa dos direitos das mulheres. E é nesse sentido que nos mobilizamos protestando em primeiro lugar contra a PEC, a Emenda Constitucional nº 95, que foi aprovada no ano passado, a antiga PEC nº 241, que retirou recursos da educação e da saúde.

Hoje estamos também na luta contra a reforma da previdência. Por que estamos nessa luta? Não apenas porque ela tira direitos dos trabalhadores, mas porque, certamente, as mulheres sofrerão mais com a reforma da previdência social. Como disse a deputada Geisa, as professoras de hoje, que se aposentam aos 50 anos, terão de trabalhar mais 15 anos, porque poderão se aposentar apenas aos 65 anos. As trabalhadoras rurais que hoje se aposentam aos 55 anos só poderão se aposentar aos 65 anos e terão de trabalhar mais 10 anos. E as trabalhadoras que hoje se aposentam por idade, aos 60 anos, terão de trabalhar mais 5 anos, se aposentando aos 65 anos. Com esse aumento de idade para se aposentarem, certamente muitas mulheres não irão mais se aposentar, serão impedidas de fazer isso ou dificilmente terão condições, com essa idade, de se aposentarem.

Outras questões perversas fazem parte do saco de maldades da reforma da previdência, por exemplo, aumentar o tempo de contribuição. Atualmente quem se aposenta por idade o faz aos 60 anos de idade, contribuindo durante 15 anos ao INSS. O que essa reforma prevê é aumentar o tempo de contribuição para 25 anos. Certamente com esse tempo de contribuição, muitas mulheres não terão condição de se aposentar, deputado Carlos Pimenta.

Por essa razão, estamos aqui nos posicionando contrariamente a essa reforma, porque entendemos que hoje a previdência social é um importante instrumento para promover a inclusão das mulheres.

Com essa reforma, muitas mulheres não poderão se aposentar, muitas mulheres perderão seu direito em relação à pensão ou à aposentadoria. Muitas mulheres terão a redução de benefícios e certamente sofrerão ainda mais com a reforma da previdência.

Eu queria concluir meu raciocínio, antes de lhe conceder aparte, deputado. Neste dia 8 de março, as mulheres recebem parabéns, as mulheres recebem flores. Os parabéns e as flores são bem-vindos, mas queremos muito mais que isso. Queremos que esta Casa vote a PEC nº 16. Queremos que esta Casa vote de modo que, pelo menos, uma mulher esteja presente na Mesa desta Assembleia. Queremos que esta Casa vote para que tenhamos uma comissão permanente de mulheres a fim de que possamos discutir as questões específicas das mulheres. Queremos que o estatuto desta Assembleia Legislativa traga previsão de todos os tratamentos que inferiorizem e discriminem as mulheres desta Casa, considerando-os falta de decoro parlamentar. Há pouco tempo, mulheres foram chamadas de vacas aqui nesta Assembleia Legislativa, e nada aconteceu. É por essa razão que estamos hoje presidindo os trabalhos, entendendo que isso aqui é um novo começo e que até o final desta legislatura mais mulheres estarão presentes nesta Mesa e, numa próxima legislatura, mais mulheres serão eleitas para democratizar o Parlamento mineiro.

O deputado Carlos Pimenta (em aparte)\* – Quero, Marília, cumprimentá-la pelo seu pronunciamento, que, no todo foi fantástico. Acho que V. Exa. falou do fundo do seu coração.

Gostaria de cumprimentar as deputadas e as servidoras desta Casa pelo dia de hoje, mas eu queria pedir sua licença para fazer a leitura de um pequeno WhatsApp – uma leiturinha rápida – que recebi ontem de uma jovem que estuda Biomedicina na cidade de Mirabela, no Norte de Minas. Vejam o drama das jovens, das mulheres deste país, no dia a dia:

“Estimado deputado Carlos Pimenta, meu nome é Ana Luíza. Sou formada, há três anos, em biomedicina. Meu pai é um pequeno produtor rural e mantém uma família de sete pessoas com a agricultura familiar e com a venda de leite. Amanhã todos os órgãos de todo o Brasil comemorarão o Dia Internacional da Mulher, falando de direitos sociais, políticos e econômicos. Com certeza, muitos partidos políticos tentarão motivar as mulheres a disputarem cargos políticos, clamando, chamando-as para a luta, mas gostaria



de perguntar ao senhor, que é médico, deputado representante de Montes Claros, do Norte de Minas, o que está sendo feito e o que mais poderá ser feito por mulheres que, como eu, lutei para me formar no curso superior de biomedicina. Como tirar essa frustração do meu coração, já que vi meu pai trabalhar? Eram noites plantando, colhendo, tirando leite e chorando quando não podia comprar um livro ou dar-me a oportunidade de fazer uma pós-graduação. Agora, depois de três anos de formada, não tenho um emprego decente. Centenas de jovens que se formam não conseguem se inserir no mercado de trabalho. Amanhã não terei nada a comemorar. Sou uma mulher valente, disposta a trabalhar e não desistirei de lutar pelo que almejo e acredito. Sei que, dificilmente, terei uma resposta sua. Acho que sequer lerá esse desabafo, mas, com certeza, não recuarei. O dia da mulher, das jovens brasileiras, dos pobres trabalhadores tem de ser todos os dias. Passe bem”.

Acho que isso demonstra claramente a desilusão, não só da mulher mas também da juventude, do jovem, da mulher jovem. Marília, eles criaram o curso de biomedicina, e o que vemos hoje é uma legião de jovens desempregados. Muitas vezes, eles estudam quatro anos para se formarem, mais dois ou três anos para se especializarem. Deputados Doutor Jean, Geraldo Pimenta, Doutor Wilson Batista, às vezes a família vende o que tem para formar os jovens nesses cursos, e eles não conseguem se inserir no mercado de trabalho.

Um viva às mulheres! Vamos lutar e não desistir, para termos um Brasil melhor para a juventude. Parabéns!

A deputada Marília Campos\* – Devemos chamá-la para continuar a luta. Não podemos comemorar, mas podemos lutar para que a situação mude.

O deputado Doutor Wilson Batista (em aparte)\* – Deputada Marília, gostaria de cumprimentar V. Exa. por seu pronunciamento hoje, Dia Internacional da Mulher. Eu quero deixar um abraço a todas as mulheres de Minas e também uma mensagem importante sobre alguns desafios que já foram superados pelas mulheres.

Nós sabemos que o câncer de mama é o primeiro tumor maligno, o mais frequente no sexo feminino. São 60 mil mulheres sofrendo com essa doença e 10 mil morrendo a cada ano. No Brasil, a realidade da reconstrução mamária era um desastre. Cerca de 70% das pacientes viviam mutiladas após o tratamento. Uma colega nossa, quando deputada federal, Maria Elvira, criou o direito à reconstrução da mama em 1998. Infelizmente, naquela época, a lei não foi muito aprofundada, e as mulheres continuaram sendo mutiladas, porque o SUS só garantia a reconstrução da mama afetada, doente, deixando a outra totalmente desigual. Assim, as mulheres continuavam com as mamas assimétricas. O tratamento não era completo e adequado. Nós, aqui na Assembleia, criamos uma lei que garante a plástica da mama contralateral, permitindo assim a simetria mamária. Então, hoje o tratamento é para as duas mamas, tanto a mutilada como a não afetada, melhorando a qualidade de vida e a autoestima das pacientes, fazendo com que enfrentem melhor essa doença tão temida, vencendo-a e tendo a sua vida preservada. Construímos essa lei aqui na Assembleia. Tenho a grande satisfação hoje de ter feito parte de uma luta que certamente mudará a história do tratamento do câncer em Minas Gerais, garantindo um tratamento adequado, oportuno, com qualidade de vida. Muito obrigado.

A deputada Marília Campos\* – Obrigado, deputado. Aproveito para parabenizá-lo pelo projeto. Com certeza, as mulheres se sentem representadas nessa proposta tão importante para a vida delas. Deputado Ulisses, eu tenho de concluir a minha fala. Quero aproveitar para fazer um chamado. Hoje nós teremos algumas mobilizações na parte da tarde. Haverá um grande encontro de mulheres na Praça da Liberdade, às 16 horas. Muitas mulheres estão nos perguntando o que podem fazer para que a nossa luta não seja em vão e para impedir que a reforma da previdência passe e promova tanto sofrimento aos trabalhadores, em particular às mulheres. O que podemos dizer, deputada Geisa, é que façam contato com o seu deputado federal, com a sua deputada federal, com os senadores Anastasia, Aécio Neves e Zezé Perrela, para que não votem na reforma da previdência. Todos foram eleitos não para votar contra os direitos do povo, mas a favor. Você, que está em casa, entre em contato com eles. Diga “não” à reforma da previdência.



O deputado Ulysses Gomes (em aparte)\* – Aproveito esta oportunidade em que V. Exa., como mulher e deputada, representa todas aqui hoje, assim como as demais deputadas e a deputada Geisa, que preside esta reunião. Não tenho dúvidas de que teremos muitas conquistas a compartilhar.

O nobre deputado Wilson expôs aqui uma conquista importante com relação a um projeto de lei. V. Exa. já compartilhou dezenas de avanços, de trabalhos que realizou e que nós temos, mas, sem dúvida, devemos também, além de conquistas e avanços que tivemos na sociedade em favor da mulher, sempre lembrar que é uma luta constante, uma luta que não só as mulheres, mas o povo brasileiro, nós mineiros, sobretudo os homens, devemos compartilhar na busca da igualdade, seja de gêneros, seja de direitos, principalmente neste momento tão difícil que estamos vivendo no País, conduzido por um governo sem legitimidade, num momento em que o povo brasileiro, e conseqüentemente as mulheres, corre um risco enorme de perder direitos históricos. Essa reforma da previdência impõe um desafio ao povo brasileiro. Quando falamos nesse sentido, as mulheres certamente terão perdas de direitos ainda maiores. Se estamos falando de buscar igualdade de direitos, estamos falando de uma perda de direitos ainda maior para as mulheres, que precisam se unir, não só entre elas, mas com todo o povo brasileiro, que precisa neste momento dessa atenção, sobretudo para o que está sendo colocado.

Temos fundamentalmente na mídia, seja na grande mídia, seja nas redes sociais, no dia a dia, uma disputa de versões. A grande mídia quer levar o povo brasileiro a acreditar que essas mudanças que vão ser colocadas vão resolver o problema do País e da previdência. Não vão. Não vão, e é uma mentira. Cabe a nós, ao povo brasileiro, essa união para que essa concepção, de fato, não venha.

Sem dúvida alguma, num dia como este, simbólico, um dia de luta pelas mulheres, vale o nosso apoio, a nossa atenção, o nosso respeito; sobretudo vale a nossa reivindicação e o nosso apoio para que as mulheres do nosso país tenham, de fato, igualdade de valores, de direitos, igualdade naquilo que é mais essencial, igualdade à vida.

Parabéns, deputada, parabéns às nossas mulheres mineiras, às nossas deputadas, às nossas servidoras. Tem o nosso respeito, a nossa admiração e todo o nosso apoio essa linda luta que vocês aqui muito bem representam. Muito obrigado, deputada.

A deputada Marília Campos\* – Conto com o seu apoio à PEC nº 16, deputado.

O deputado Rogério Correia (em aparte)\* – Presidente, peço a V. Exa. 1 minuto para que eu possa fazer um aparte à deputada Marília, visto que hoje é o Dia Internacional das Mulheres. Sei que o deputado Sargento Rodrigues não vai se importar que continuemos a fazer essa homenagem merecida às mulheres. Aqui na Assembleia Legislativa, V. Exa., deputada Geisa Teixeira, está presidindo hoje, mas, por diversas ocasiões, em dias de homenagens, o Regimento não é encarado com tanta rigidez, quanto mais no dia em que as mulheres vão ser homenageadas. Esse assunto certamente interessa ao conjunto dos deputados e das deputadas. Assim, solicito a V. Exa. que estenda um pouco mais o tempo à deputada, a fim de que possamos fazer essa bela homenagem.

Deputada Marília, reitero o apoio à PEC que V. Exa. tem aqui, com outras companheiras mulheres, colocado e que tem um fundamento importante. Muitos deputados acabam não compreendendo a obrigatoriedade de se ter uma mulher na Mesa. Alguns colocam que isso é uma diferença a mais para as mulheres. Não é verdade. O que se quer, quando se fala em cota, é o reconhecimento das dificuldades que determinado setor tem na sociedade. As mulheres, é óbvio, têm uma dificuldade a mais dentro da política como ela é feita hoje. Não é fácil que tenhamos dentro dos parlamentos brasileiros mulheres que se projetem nessa vida política. Isso porque a política é um espaço muito para homens. Alguns são tão intolerantes que não conseguem compreender até a importância de um Dia Internacional das Mulheres. Não são todos os homens que têm a compreensão de que o mundo da política é um mundo machista e, por isso, as mulheres precisam ter o seu espaço próprio. A Mesa é um desses espaços. Uma homenagem, como a que V. Exa. está fazendo, é outro espaço, que os deputados, não sendo machistas, devem reconhecer como algo importante a ser feito pela Assembleia Legislativa, porque é o reconhecimento de que o tratamento é diferenciado.



Sei que não é fácil para vocês, às vezes, enfrentar cara feia, enfrentar uma dureza que não é aquela a que V. Exas. estão acostumadas. Isso inibe a mulher enquanto ser político porque não é sua forma de fazer política. Não é que essa seja a forma certa, mas os regimentos foram feitos pelos homens. Isso é um inibidor óbvio.

Quando falamos em cota para negros nas universidades, muitos torcem o nariz, como se estivéssemos dando algo aos negros, mas não reconhecem que houve escravidão no Brasil e que os negros sempre foram oprimidos e nunca tiveram as mesmas chances que os brancos, assim como as mulheres nunca tiveram as mesmas chances que os homens. Tanto não tiveram, que há poucas décadas as mulheres não votavam. Quando pensamos que mulher não votava, ficamos atarefados: como pode uma mulher não ter o direito de voto? Como uma mulher não podia ter direito a voto há poucas décadas? Mas pergunto: as mulheres ganham igual aos homens? Não, 25% das mulheres ganham salários inferiores aos homens, ocupando os mesmos cargos que eles. Isso é tão constrangedor e estarecedor quanto o fato de uma mulher, naquela ocasião, não ter direito a voto.

Deputada Marília, é por isso que o espaço feminino na Mesa, que V. Exa., as deputadas Geisa, Ione, Rosângela e outras companheiras tanto têm defendido, é importante para mostrar à sociedade o reconhecimento da Assembleia Legislativa de que é preciso mudar, inclusive o comportamento da própria Casa e da política. Por isso queria demonstrar apoio a V. Exa., apresentando conteúdo muito claro da diferenciação que existe na sociedade hoje entre homens e mulheres.

Para terem ideia, a reforma da previdência é uma reforma que está prejudicando mais ainda as mulheres. Às vezes, discutindo com homens, eles têm argumentos que são completamente equivocados. Já ouvi os que defendem a reforma da previdência dizer que, se as mulheres querem igualdade, então elas têm de se aposentar com a mesma idade dos homens. Como se estivessem oferecendo igualdade às mulheres por elas terem de trabalhar e se aposentar com a mesma idade dos homens! Mentira. Estão retirando da mulher um direito. Como não corrigiram na vida da mulher o trabalho e tudo o que ela tem a mais, como a jornada dupla, os afazeres em casa, os afazeres com os filhos, com as crianças, como isso não é resolvido e o trabalho para a mulher é mais penoso, é claro que, ao colocar a mesma idade, está se punindo a mulher, retirando dela um direito e não lhe dando igualdade. Portanto uma argumentação desse tipo é um sofisma.

Essa reforma da previdência, além dos 5 anos a mais que querem obrigar a mulher a trabalhar, atinge suas principais profissões, como a de professora. No magistério, a grande maioria são professoras. Essas professoras estão perdendo agora seu direito à aposentadoria especial, que era de 25 anos de trabalho para mulher e 30 anos para homem. A mulher perde isso e ainda terá de chegar aos 65 anos, sem receber integralmente. Com isso, haverá caso de professoras com mais de 70 anos, em sala, dando aula para se aposentar integralmente.

A deputada Marília Campos\* – Ela não será mais uma tia dentro de sala.

O deputado Rogério Correia (em aparte)\* – Não será mais tia, será uma avó. É óbvio que essa reforma da previdência é também uma reforma de conteúdo machista. Contra essa reforma da previdência, temos de caracterizá-la também como machista. Essa reforma está sendo feita por machos e prejudica mais as mulheres. Imaginem uma trabalhadora rural!

Deputada Marília Campos, sei que V. Exa. sabe disso tudo, mas, como homem, quero reconhecer que nós, homens, temos uma sociedade moldada ao nosso modo e não ao modo das mulheres. Por isso vocês merecem não uma homenagem no dia, mas merecem de nós, homens, o apoio à luta de vocês. Por isso este ato da Assembleia Legislativa precisa ser compreendido por todos os deputados para que tenham o tempo que quiserem para falar sobre as mulheres.

A deputada Marília Campos\* – Muito obrigado, deputado Rogério. Deixo aqui o meu abraço enquanto o deputado Sargento Rodrigues está se dirigindo à tribuna.

Acredito que teremos um novo tempo aqui na Assembleia. Certamente, em breve, o presidente e a Mesa colocarão na pauta, na nossa agenda, a votação da PEC nº 16.



No dia 30, Sargento Rodrigues, acontecerá o evento que a Assembleia Legislativa fará para discutir a questão do Dia Internacional da Mulher. Faremos um debate, e o fato novo deste ano é que teremos a participação das servidoras da Assembleia Legislativa, que comporão a Mesa. Aquelas que se inscreverem para participar terão seu dia abonado pela administração da Casa.

Muito obrigada. Um abraço a todos. Todas na marcha, às 16 horas.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues\* – Sra. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, trouxe um tema para falar no dia de hoje, mas é óbvio que, diferentemente do deputado que aparteu a ilustre deputada Marília Campos e que, por sinal, exerce a função de 1º-secretário... Ele pediu um aparte para falar 1 minuto e falou por 6 minutos; ele deveria ser guardião do Regimento, até porque é posição da Mesa. Fico aqui também chateado com o secretário-geral da Mesa, que acabou de assumir e dá demonstração de que não está muito preocupado em assessorar quem está presidindo os trabalhos na data de hoje. Pelo menos na data de hoje, Sr. Secretário-Geral da Mesa. Sou um deputado regimentalista, o senhor pode ter certeza de que lhe cobrarei quando o senhor faltar com sua missão.

Quero cumprimentar as deputadas Geisa Teixeira, que esteve aqui fazendo uso da tribuna, Marília Campos e as demais colegas deputadas desta Casa pelo dia. Obviamente, cumprimentando-as, cumprimento todas as servidoras do nosso Legislativo. Todas elas são merecedoras do nosso respeito, do nosso apoio, do nosso carinho e, acima de tudo, da nossa compreensão maior pelo papel que a mulher exerce em nossa sociedade. Sem elas, com certeza, não teríamos tanta esperança por tudo aquilo que as mulheres representam em nossa vida, seja na condição de mãe, de esposa, de filha; seja como colega de trabalho. Em qualquer atividade profissional que elas exerçam, elas sempre têm um diferencial por ser mulheres e por ter um carinho especial, uma forma de agir diferente, um equilíbrio, uma sensatez muito maiores do que do próprio homem – sabemos disso. Por isso nosso respeito e nossa admiração. Quero aqui deixar claro os nossos sinceros parabéns não apenas nesta data. Às vezes, sou meio reticente à data, até porque esta data, na verdade, representa uma luta que foi travada por um grupo de mulheres, de trabalhadoras – por sinal, mulheres guerreiras.

Ontem, estivemos aqui numa luta de mobilização de classe, em que parte das esposas dos policiais e dos bombeiros militares estava conosco no carro de som, cobrando do governo do Estado a sua responsabilidade, já que se esqueceram de que os servidores da segurança pública também devem ser respeitados. Inclusive, o próprio Coronel Piccinini também lá estava ontem.

Gostaria de dizer da minha satisfação em tê-las aqui conosco. Obviamente, gostaria que aqui estivessem muito mais mulheres eleitas. Tive a satisfação, deputada Marília Campos, de pedir a minha assessora que acompanhasse os debates e repassasse as informações à Dra. Déborah Ribeiro, presidente da Comissão de Defesa das Mulheres da OAB, uma mulher competente que realmente tem comparecido e participado. Tenho deixado o gabinete à disposição da minha colega de presidência da OAB – presido a Comissão de Segurança Pública da OAB, seção MG, e ela, a da Defesa das Mulheres da OAB. Tenho certeza de que a sua presença somará muito. No dia 30, a Dra. Déborah também estará aqui, participando lado a lado com vocês.

Volto a dizer da minha tristeza, porque, se fossem as deputadas Marília Campos ou Geisa Teixeira ou as outras, não haveria problema nenhum em ceder até todo o meu tempo, mas não faço isso para um outro parlamentar, que ocupa a função de 1º-secretário e que deveria estar aqui para ajudar a cobrar o Regimento Interno. Ele simplesmente chega à tribuna, pede um espaço de tempo para dar alfinetadas e espetadas em outros parlamentares, esquecendo-se de que membro da Mesa tem o dever maior, deputado João Leite, de cumprir o Regimento. Mas, em que pese estarmos aqui com um determinado tempo – e hoje certamente é um dia muito especial –, temos outros problemas no Estado.

O deputado João Leite (em aparte)\* – Queria também manifestar o meu carinho por todas as mulheres. Nesta madrugada, Deus me deu um presente: nasceu a minha segunda neta, Beatriz, que veio nos dar a alegria de nascer justamente no Dia da Mulher. Minha pequena Beatriz já nasceu guerreira, filha da minha filha Daniela. Passei a madrugada no hospital acompanhando-a, muito feliz.



Então, na figura da minha neta Beatriz, gostaria de homenagear a minha mãe, todas as mulheres, nossas colegas da Assembleia. Agradeço esta oportunidade e acompanho atentamente a sua manifestação.

O deputado Sargento Rodrigues\* – Ontem mesmo, deputado João Leite, uma das mulheres que participou conosco era uma pensionista. O seu marido, um policial militar, faleceu em outubro do ano passado. Ela foi lá, ontem, acompanhar a nossa luta. Mas, para nossa surpresa, deputado Coronel Piccinini, a pensionista, até hoje, sequer recebeu os direitos do seu marido, o sargento que faleceu em serviço. Ela não recebeu, por parte da atual administração do governo do Estado, sequer o auxílio-funeral, os dias trabalhados, as férias a que ele tinha direito. É assim que o governo do Estado vem tratando-a.

O que nos deixa estarecidos é que sobra dinheiro para tantas outras coisas no Estado de Minas Gerais na atual administração pública. Nós estamos aqui, deputados João Leite e Antonio Carlos Arantes, com pedido de formação que fizemos junto à Codemig para saber sobre os voos. O governo do Estado criou uma empresa de táxi-aéreo em Minas Gerais que está atendendo vários municípios do interior, ou melhor, ele fez uma parceria com uma empresa que se chama TWO Táxi Aéreo. Essa empresa, deputado João Leite, está sendo subsidiada. Falta dinheiro para tanta coisa, mas não falta dinheiro para ajudar os empresários. E isso tudo com dinheiro público.

Vou ler a relação: “Receita vendida bruta até 1º/2/2017: R\$967.061,00; remuneração da TWO Táxi Aéreo Ltda. até 1º/2/2017: R\$3.424.170,63; valor subsidiado pelo governo do Estado por meio da Codemig: R\$2.455.109,63. É uma vergonha. O governo do PT, em Minas Gerais, deputado João Leite, conhece muito bem o que é voo. Quando o atual governador Fernando Pimentel, do PT, assumiu o governo do Estado, fizemos um levantamento.

Em 2014, o ex-governador e ex-colega nosso, Alberto Pinto Coelho, fez um fretamento de jato com a empresa Líder Táxi Aéreo da ordem de R\$138.000,00, o que já considero um absurdo, gastar R\$138.000,00 em fretamento de táxi com essa empresa. Por que considero um absurdo? Porque o governo possui três helicópteros à sua disposição e dois aviões, sendo um Learjet. O cidadão que está nos ouvindo deve estar estarecido de pagar tanto imposto para que o nosso dinheiro, o dinheiro público, seja usado de forma criminosa por este governo.

Em 2015, o governador Fernando Pimentel gastou com fretamento de táxi-aéreo, da mesma empresa Líder Táxi Aéreo, R\$650.000,00. Mas era um governo que assumiu dizendo que o Estado estava quebrado, que tinha de fazer reforma, economia, que estavam cortando aqui e acolá, e fechou o ano de 2016 com um gasto de R\$1.074.000,00, com fretamento de táxi-aéreo da empresa Líder Táxi Aéreo. Esse é o governo que falou que pegou o Estado falido.

E agora estamos assistindo aqui, deputado João Leite, gasto de R\$1.000.000,00 com fretamento de jato, e R\$2.500.000,00 da Codemig para subsidiar a empresa TWO. O Estado está levando um prejuízo enorme, mas falta dinheiro para pagar o auxílio-funeral da viúva do policial militar; falta dinheiro para pagar a diária de servidor público; falta dinheiro para pagar as férias-prêmio das pessoas que se aposentaram há dois anos e não recebem; temos centenas de policiais e bombeiros militares no Estado de Minas Gerais que não recebem as férias-prêmio, deputado João Leite. Enquanto isso o governador Fernando Pimentel, deputado André Quintão, está jogando dinheiro na lata de lixo: R\$2.500.000,00 para subsidiar a empresa TWO. Essa informação não foi criada pelo nosso gabinete nem tirada da nossa cachola. Isso foi resultado de um pedido de informação ao próprio Poder Executivo, deputado Carlos Pimenta: R\$2.455.000,00 para subsidiar a empresa, jogando dinheiro fora.

Esse é o governador que disse que pegou o Estado falido. É o mesmo governador denunciado na delação do Benedito de Oliveira, o famoso Bené, testa de ferro do Fernando Pimentel. Ele denunciou que levou R\$3.000.000,00, com a OAS, porque intermediou no BNDES as obras no Uruguai. Foi por isso que o ex-presidente do Uruguai, o Mujica, veio a Ouro Preto receber uma medalha. Sabem quem o buscou, deputado João Leite? No dia 21 de abril do ano passado eu estava lá, quando o governador mandou a polícia jogar gás lacrimogênio em mim e em outros colegas presidentes de entidades de classe, porque não poderíamos estender uma faixa fazendo cobrança ao governador. Os dizeres da faixa eram tão simples, já que eles gostam tanto de falar: “Golpe é parcelar o



salário dos servidores?”. Era a única faixa, além das camisetas que usávamos. E tomamos gás lacrimogênio do PT, do governo dos trabalhadores, que algum dia disse, nos cantos de fábricas e nas portas dos sindicatos, que era defensor dos trabalhadores. Buscaram o Mujica, e adivinhem qual empresa usaram? A Líder Táxi aéreo. Foram lá, no Uruguai, em Montevidéu, buscaram o Mujica. Ele dormiu aqui, no palácio. Houve jantar à luz de velas com a presença do governador Fernando Pimentel. E depois, deputado João Leite, quando veio a público a delação premiada do Bené, fomos saber por que o Mujica ganhou a Medalha Alferes Tiradentes.

Quero dizer, deputado João Leite, V. Exa. que é professor de história, que conheço um pouquinho da história da nossa querida Vila Rica, um pouquinho da história dos inconfidentes, e sabemos o valor que tem essa história, que têm os bravos inconfidentes, o que aquilo representou. Engraçado. Vemos ali o Mujica e tantas outras pessoas receberem a Medalha da Inconfidência.

Se, no dia da entrega dessa medalha, naquela praça extremamente valiosa do ponto de vista histórico, alguém adentrasse o museu de Ouro Preto e encontrasse o Panteão dos Inconfidentes, as lápides, veria os nossos inconfidentes se revirando no túmulo por saber que Mujica estava recebendo a Medalha da Inconfidência por ter beneficiado Pimentel em sua campanha, com R\$3.000.000,00, pelo tráfico de influência, cometido enquanto ele era ministro do Desenvolvimento Econômico, lá do BNDES.

Então, quando pensamos nos voos da Codemig, vamos ligando uma coisa à outra e vendo que não há gestão neste governo. Neste governo, não se pode pronunciar a palavra “gestão”, porque é uma lástima. Enquanto isso, há 13 meses, 157 mil servidores públicos estão recebendo o salário parcelado. Por outro lado, o comandante-geral da Polícia Militar, concunhado do governador, Sr. Helbert Figueiró de Lourdes, segue pressionando a base, cobrando, punindo e ameaçando aqueles que querem fazer reivindicações em praça pública. Este é o governador que gosta muito de avião. Muito! Este governador fez até reunião no hangar do governo com os donos da Caa, já no exercício de seu mandato. Este gosta de avião, este gosta da Líder Táxi Aéreo, este gosta muito do Mujica. Era o assunto que eu queria abordar na tarde de hoje.

Muito obrigado a V. Exas., deputadas Marília Campos e Geisa Teixeira. Parabéns a vocês, guerreiras, mulheres. Continuem na luta, que é cansativa e cheia de obstáculos, espinhos e pedras, mas que com certeza é sempre vitoriosa se feita em defesa da justiça social. Parabéns a vocês, às demais deputadas e às servidoras desta Casa.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Doutor Jean Freire\* – Obrigado. Pois não, deputado Alencar da Silveira Jr., concedo um aparte a V. Exa. Estou adivinhando o pronunciamento de V. Exa., que deve ser em defesa do SUS, como todos somos.

O deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)\* – Quero parabenizar as nossas deputadas, neste Dia da Mulher, e falar para a deputada Marília Campos que ontem, de verde, ela estava bem melhor, representando a torcida feminina do América.

Mas quero lembrar a V. Exa. que ontem discutimos aqui a inversão de horário, e eu gostaria que os deputados observassem o art. 157 do Regimento Interno para que, nos próximos debates que realizaremos nesta Casa, não caiamos na discussão sobre a ordem de inscrição. Então, gostaria que todos os deputados lessem e observassem o Regimento Interno, em seu art. 157, notadamente o deputado Rogério Correia. Muito obrigado.

O deputado Doutor Jean Freire\* – Obrigado, deputado Alencar da Silveira Jr.

Querida colega presidenta Marília Campos; querida colega Geisa Teixeira; colegas deputados; funcionários servidores desta Casa, hoje especialmente as servidoras; telespectadores que nos acompanham, boa tarde.

Sempre que ocupamos a tribuna, temos a intenção de fazer um debate, mas acabamos mudando o seu teor porque escutamos alguma coisa a que temos de responder. Vejo a preocupação de alguns com relação a avião; preocupam-se porque este governo está levando o avião para o interior, está deixando o povo do interior mais perto da capital. É o que está acontecendo em



Diamantina, no Vale do Jequitinhonha e em Teófilo Otôni, por exemplo. As informações que tenho é de que o voo está chegando e saindo lotado de Teófilo Otôni.

Na cidade de Almenara, no Vale do Jequitinhonha, se Deus quiser, nos próximos dias, talvez na segunda-feira, ocorrerá o primeiro voo. A ideia é estimular a ida de outras empresas. De onde não estiver dando certo, de onde o voo estiver vazio, que seja realmente retirado.

O deputado tem todo o direito de dizer, pois está no seu papel de oposição questionar essa situação. O engraçado é que ele poderia, deputadas Marília Campos e Geisa Teixeira, dizer aqui também quantas vezes o governo passado saía de avião daqui para o Rio de Janeiro, inclusive levando alguns amigos globais de carona no avião do Estado. Portanto, temos de ser muito claros em mostrar para a população a verdade. Ficaria feliz se apresentassem essas outras situações.

O que me traz aqui hoje, primeiramente, é a intenção de enaltecer. Nesta manhã, estive no Hospital Sofia Feldman, que tem um papel fundamental, deputado Alencar, não simplesmente na saúde da região metropolitana e da cidade de Belo Horizonte, mas em todo o Estado de Minas Gerais. Sou prova disso. Certamente o colega deputado Carlos Pimenta já deve ter presenciado pacientes saírem do Norte de Minas para serem atendidos nesse hospital. Eu, quando estava de plantão, deputado Carlos Pimenta, no Hospital Ester Faria, em Pedra Azul, tive pacientes socorridos pelo Hospital Sofia, deputado João Vítor, aqui em Belo Horizonte. Como médico, já tive parte da minha formação nesse hospital, no atendimento a mulheres com gestação de alto risco, ao recém-nato e ao recém-nascido, na urgência, assim como tantos outros médicos deste estado e principalmente das regiões que mais precisam desse atendimento. Cito aqui a região do Mucuri, do Jequitinhonha e do Norte deste estado.

O deputado João Vítor Xavier (em aparte)\* – É muito breve o meu aparte, deputado Doutor Jean. Agradeço-lhe e o parabeno pelo assunto levantado. É de extrema gravidade a situação do Hospital Sofia Feldman. Há aproximadamente 15 dias, recebi, em meu gabinete, representantes da comissão popular que debate a questão do hospital, que é tão importante, como V. Exa. está destacando, para Belo Horizonte, a Grande BH e o Estado de Minas Gerais.

Queria trazer um outro assunto para o debate na Casa. Ontem recebi a informação de que a situação da Santa Casa de Belo Horizonte também está insustentável, pois não está recebendo os repasses devidos. Se isso não for resolvido... Precisamos do empenho da nossa bancada federal, do governo do Estado e da Prefeitura de Belo Horizonte, sem distinção partidária. O que trago aqui não é uma questão de partido A ou B, mas de saúde pública para Belo Horizonte e a Grande BH. Precisamos do empenho de toda a nossa bancada federal, do governo do Estado e da Prefeitura de Belo Horizonte, porque a situação da Santa Casa de Belo Horizonte está se tornando insustentável. Se os repasses que lhes são devidos não forem feitos brevemente, a Santa Casa de Belo Horizonte vai parar; e, se ela parar, vai parar o atendimento público via SUS na Grande BH.

Como bem lembra o deputado João Leite, o Hospital Evangélico está em petição de miséria; e o Hospital da Baleia, em situação crítica, pois não consegue fechar as suas contas. Então, há um grito de socorro da saúde de Belo Horizonte e da região metropolitana. Parabéns a V. Exa. por levantar um assunto tão importante.

Está na hora de retomarmos as comissões desta Casa. Não é, deputada? A Comissão de Saúde está fazendo falta no momento. Esta Casa está parada. Parece que o recesso, as férias, o mês de fevereiro e o Carnaval não passaram. Ora, em que dia a Assembleia de Minas vai começar a trabalhar?

O deputado Doutor Jean Freire\* – Agradeço-lhe a fala, deputado João Vítor Xavier. V. Exa. enriquece a discussão. Como bem disse, sem bandeira partidária, a questão é a saúde. Há vários hospitais no Estado nessa situação. Venho de uma região onde vejo como é penosa a situação dos hospitais. É o que acontece com os hospitais de Araçuaí, Almenara, Medina, Itaobim, Diamantina e de tantos outros municípios que sempre nos procuram.

Fiz questão de colocar a maior parte das nossas emendas em custeio da saúde. Não quero aqui fazer menção a governo A, B ou C. Não é essa a questão, como V. Exa. bem disse. O problema existe, e temos de resolvê-lo. Espero estar na Comissão de Saúde



com o deputado Carlos Pimenta, para que a comissão não partidarize a discussão, não viva de acusações e procure resolver o problema.

Gostaria de parabenizar o prefeito Kalil, que esteve hoje na manifestação e assumiu publicamente o compromisso de, na semana que vem, liberar R\$5.000.000,00 para o Hospital Sofia Feldman. Quero parabenizar o prefeito, que está fazendo a sua parte – e é o que todos têm de procurar fazer. Ele esteve na manifestação e assumiu publicamente esse compromisso. Sou a prova de que esse hospital representa para a saúde do Estado de Minas Gerais – e por que não dizer? – até para fora do País.

Estamos vivendo uma situação muito bonita ao ver filhos do Vale do Jequitinhonha, filhos do Brasil fazendo um trabalho voluntário na África. A minha esposa é pediatra e está lá fazendo um trabalho com crianças e mulheres. Pe. Fabrício, um grande companheiro, também está fazendo um trabalho em Guiné-Bissau. Hoje pude ver profissionais da saúde da África aqui também em um trabalho, se especializando no Sofia Feldman.

Então, é importante reconhecer o trabalho que esse hospital faz. Acho que a escolha do dia para o abraço ao Sofia foi maravilhosa. Esse dia é de luta, e quem venceu foram os movimentos populares, as mulheres. Esse hospital, deputado Carlos Pimenta, é referência no protagonismo da mulher na hora do parto. Nós, médicos, sabemos a importância disso na hora do parto. Esse hospital é referência no atendimento pelo SUS, é a maior maternidade deste país, 100% SUS. Isso também é defender a causa das mulheres. Hoje presenciei várias gestantes nessa luta lá. A comunidade do entorno do hospital foi quem ajudou a construí-lo e desde 1977 atua nessa luta.

Portanto, quero aqui convidar os colegas deputados e a Comissão de Saúde, deputado Carlos Pimenta, para, assim que começarmos os trabalhos, pegarmos essa causa e a de tantos outros hospitais, mas não com o intuito de criticar por criticar. Espero isso dessa comissão.

O deputado Carlos Pimenta (em aparte)\* – Primeiro quero aplaudir o pronunciamento de V. Exa. Acho que essa questão do Hospital Sofia Feldman chama atenção pela gravidade da situação por que passa no momento. É um hospital referência em gestações de alto risco, possui UTI para mulheres e recém-nascidos. E hoje, por coincidência, passou na televisão um apelo do diretor do Hospital Sofia Feldman. Ele dizia que tem dificuldade de receber crianças de partos prematuros, porque faltam medicamentos para expandir os pulmõezinhos dos bebês.

Deputado, estou à disposição de V. Exa., que tem toda a razão. Seus pronunciamentos primam pela qualidade.

O senhor é um médico, um deputado que conhece verdadeiramente a situação da saúde pública. Nunca confundiu as questões políticas com as questões de saúde. Não pode ser dessa maneira. Acho que o trabalho que faremos é árduo, que vai demandar o esforço de cada um e o tempo de todos nós. Então esperamos que a comissão possa imediatamente começar a funcionar tão logo a gente acerte essas questões, para que possamos tentar dar a nossa contribuição para melhorar a saúde pública do Estado. Parabéns.

O deputado Doutor Jean Freire\* – Obrigado, deputado.

O deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)\* – Quero parabenizar V. Exa. O Sofia Feldman é patrimônio de toda Belo Horizonte e de toda Minas Gerais. Começou em Belo Horizonte, pequenininho, um trabalho que foi coordenado pelo Dr. Ivo. Para se ter uma ideia, todo o revestimento que foi feito no Sofia Feldman, em 1994 – a comunidade estava crescendo, construindo ali –, aconteceu por meio de uma emenda do deputado Alencar da Silveira Jr. para o Dr. Ivo. Tivemos a oportunidade de presenciar quando a Unicef reconheceu o Hospital Sofia Feldman como um hospital diferenciado. Esta Casa também, tenho certeza, os deputados aqui de Minas Gerais e V. Exa. sabem que tivemos a oportunidade de reconhecer isso. Ali as mães ficavam internadas juntamente com seus filhos, e os recém-nascidos recebiam o alimento materno. Então não havia esse negócio de o menino ficar sozinho no CTI; ele ficava junto à mãe. Ele era acolhido pelo Hospital Sofia Feldman. O Sofia Feldman é um patrimônio de Minas Gerais.

V. Exa. tem os parabéns desta Casa, do povo belo-horizontino, do povo mineiro. E tenho certeza de que, juntos, podemos fazer muito mais pelo Hospital Sofia Feldman. Não sei se o Dr. Ivo está lá até hoje, perdi o contato. O Joel Lucas era uma pessoa que



sempre ajudava e que foi a força da população, a força do povo belo-horizontino naquela hora. Tenho certeza de que vamos longe com a ajuda de V. Exa., porque V. Exa. consegue ter um compromisso com a saúde deste estado. Parabéns.

O deputado Doutor Jean Freire\* – Muito obrigado, deputado.

O deputado Bosco (em aparte)\* – Deputado Doutor Jean Freire, da mesma forma eu também gostaria de cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento, mas, acima de tudo, pela sua ação, junto com inúmeras pessoas, em prol desse hospital tão importante, como já foi dito aqui por V. Exa. e pelos deputados que o apartearam.

Mas eu gostaria também de reforçar a posição de V. Exa. com relação à busca da solução para o problema da saúde não só em Minas Gerais, mas no Brasil. Sabemos que esse problema que aflige a saúde pública, sobretudo no Brasil, não é de agora. Isso vem de décadas, e a cada ano o desafio vai só aumentando. Então não podemos, acima de tudo como parlamentares, ficar apontando o dedo, buscando os responsáveis pelo insucesso da saúde pública. Precisamos saber é o que podemos fazer de forma conjunta, independentemente de sigla partidária, para que possamos contribuir e fazer com que a saúde pública, não só em Minas, mas no Brasil, possa melhorar e ser aprimorada.

Dentro desse contexto, aproveitando essa oportunidade, de forma breve eu gostaria, caro deputado Doutor Jean Freire, de cumprimentar a sociedade araxaense, a minha cidade. No ano passado, fizemos um trabalho conjunto, e contei com o apoio da maioria dos deputados, que adquiriu aqui uma cartela de uma campanha que fizemos: “Natal solidário contra o câncer”. E o resultado foi extremamente positivo. Aliamo-nos à sociedade, à comunidade nessa ação conjunta, nessa mobilização, e conseguimos arrecadar, no mês de dezembro, através de um *show* de prêmios, presidenta deputada Marília Campos, R\$1.250.000,00.

Então, amanhã, às 9 horas, estaremos na Santa Casa de Misericórdia de Araxá lançando o início da obra da construção do centro de quimioterapia da Santa Casa de Araxá. Essa é uma demonstração de que, realmente, quando estão envolvidos o poder público, a sociedade, os empresários, a coisa dá certo e funciona. E esse exemplo de Araxá é um deles.

Então estou muito feliz e quero aqui agradecer aos deputados que colaboraram conosco no ano passado, adquirindo cartelas, dando a sua contribuição, resultando na arrecadação desse recurso de mais de R\$1.000.000,00, que possibilitou agora, de fato, lançarmos esse projeto em Araxá.

Vamos iniciar as obras a partir de amanhã. Através dessas ações, com responsabilidade, é que vamos dar o contexto da saúde pública, não só em Minas Gerais, mas sobretudo no Brasil. Muito obrigado.

O deputado Doutor Jean Freire\* – Sobre a questão do Sofia Feldman, é um hospital 100% SUS. O Dr. Ivo está lá, sim, fazendo um trabalho maravilhoso. Diz ele: “Deputado, se não fosse o SUS, este hospital já teria fechado”. Então, isso é reconhecer o SUS. Isso é lutar pela causa da mulher.

Para falar de mulher – para não dizer que não falei das flores – quero dizer o seguinte: cumprimento todas as deputadas, por meio da deputada Marília, que está travando uma belíssima luta contra essa reforma machista da Previdência. Que possamos, realmente, deputada, todos nós, todos que estão nos ouvindo, conclamar o nosso deputado federal e o nosso senador a não aprovar essa reforma.

Citando Margarida Alves, gostaria de cumprimentar todas as mulheres da Marcha das Margaridas. Quero cumprimentar também a nossa eterna primeira-dama, Marisa Letícia, que já não está entre nós. Nem no seu momento de morte teve a sua dignidade respeitada. Quero cumprimentar também a nossa ex-presidenta Dilma, que talvez, se fosse homem, não tivesse sofrido tanto ódio neste país. Quero ainda cumprimentar as mulheres quilombolas, do Jequitinhonha e do Mucuri, que travam uma luta belíssima contra a violência à mulher; enfim, todas as mulheres do Jequitinhonha e do Mucuri, que têm realizado audiências belíssimas.



Para terminar agora, realmente, deputada, gostaria de dizer que entrei, no mês passado, com o Projeto de Lei nº 4.005, que Institui a Política Estadual para o Sistema Integrado de Informação de Violência contra a Mulher no Estado de Minas Gerais. Observem a mulher. É preciso conhecê-la, para que possamos defendê-la.

Gostaria de pedir aos nobres pares, deputados e deputadas, apoio a esse projeto de lei; e a todos que estão nos ouvindo, que entrem em nossa página, discutam, deem ideias, para que possamos construir um projeto cada dia melhor. Um abraço a todos vocês.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado João Leite\* – Sra. Presidente desta reunião da Assembleia Legislativa, deputada Marília Campos, acompanhada da deputada Geisa Teixeira, que também presidiu uma parte desta reunião de maneira brilhante, a presença das mulheres na Mesa realmente traz mais leveza ao Plenário da Assembleia Legislativa. Creio que é uma experiência muito boa. Queria homenageá-las e lembrar, antes de entrar na discussão do veto, de uma mulher por quem tenho grande admiração. Homenageando essa mulher daqui da tribuna da Assembleia Legislativa, homenageio todas as mulheres. Anteriormente tive a oportunidade de fazer menção ao nome da delegada Ana Maria, que recentemente chefiou o 2º Departamento de Contagem, onde a deputada Marília Campos foi prefeita. Nós, da Comissão de Segurança Pública, tanto eu quanto o deputado Sargento Rodrigues, nutrimos pela delegada Ana Maria um respeito muito grande, uma grande admiração pelo seu trabalho, um trabalho competente, uma presença operacional constante nas ruas, uma mulher negra que recebeu, como prêmio do governo do PT, a rua. Ela foi embora, foi trocada, justamente próximo ao Dia Internacional da Mulher. A delegada Ana Maria, mulher, negra, foi colocada na rua para atender interesses. É lamentável o que estamos vendo.

Vamos falar da própria Contagem e de Nova Contagem, onde houve a mudança do diretor da Penitenciária de Segurança Máxima Nelson Hungria. Por anos, o diretor dessa penitenciária foi o Danuzio, mas foi retirado para atender interesses político-partidários. Não são interesses políticos, pois isso é politicagem. Lamentavelmente, já houve uma tentativa de fuga na Nelson Hungria.

PT, atenção: na Nelson Hungria há integrante do PCC, do Comando Vermelho. Não dá para colocar um neófito, alguém que não entende. Eles gostam muito de citar, mas, no governo passado, todos os diretores de unidade eram certificados. Pessoalmente negociei com a Fapemig o curso de 3º grau para certificar diretor de unidades. Para serem escolhidos para as unidades penitenciárias de Minas Gerais, os diretores tinham de ser certificados e ter o 3º grau de administração de penitenciária. Não é como o PT está fazendo agora, não. Tiram uma delegada competente, trabalhadora, operacional para colocar alguém indicado por alguém. Tirar um diretor com uma folha de serviços prestados como o Danuzio e colocar uma indicação de alguém, uma indicação politiquera é lamentável.

Mas a minha homenagem é para a delegada Ana Maria. Aproveito para lhe dizer que o seu trabalho não ficou esquecido.

Além do exemplo como comandante do 2º Departamento, ficou a geração de novos policiais, que ela formou, muitos deles premiados. Foram reconhecidos os trabalhos deles.

Queria também rapidamente saudar meu grande amigo Adelson Duarte Monte Alto, agente Fifa. O Adelson foi o negociador de grandes vendas de atletas brasileiros para o exterior. Convivi muito com ele quando joguei em Portugal, no Vitória de Guimarães. O Adelson está visitando o Brasil, neste momento. Espero que ele não esteja levando outros jogadores do Brasil, mas foi o Adelson Duarte que negociou o Fábio Júnior com a Roma, o Baltazar com o Porto. Grandes vendas de jogadores brasileiros foi o Adelson Duarte que realizou. Um agente que trabalha na Europa nos faz essa visita na Assembleia Legislativa e nos dá grande alegria.

Queremos continuar com essa discussão, uma discussão importante, mas eu queria dar os números corretos. O deputado Sargento Rodrigues colocou os gastos do governo, que está gerando um déficit de dois milhões e tanto, com uma negociata.

O PT tem uma empresa aérea agora. É muito interessante. Quando o PT passou pelo governo federal, criou 40 novos empregos. E, agora, o PT tem a viação aérea PT, que viaja por Minas Gerais, viaja para Teófilo Otôni. É o que o deputado Rodrigues

estava falando. O avião vai para Passos, para Patos de Minas e para Araxá. A passagem para Patos custa R\$500,00; para Araxá, quatrocentos e poucos reais, e, ali, eu vi um deputado que viajou, recentemente, com duas pessoas no avião. Duas pessoas! É isso que a população de Minas Gerais está pagando.

O governo manda para a Assembleia um pedido de declaração de calamidade financeira e tem uma empresa aérea subsidiada pela população de Minas Gerais. É uma vergonha o que acontece em Minas Gerais. Enquanto isso, falta dinheiro para a viúva do sargento, que morreu lutando pela população de Minas Gerais nas ruas. A viúva está abandonada. Se não fossem os sargentos, o pessoal da reserva, os companheiros, a nossa Associação de Cabos e Soldados, a Aspra, dos subtenentes e dos sargentos, essa viúva estaria totalmente abandonada. No Dia Internacional da Mulher, a figura é a mulher do sargento, que ele deixava em casa. Eu tenho essa experiência, já que meu pai era policial. Ficava eu e meus quatro irmãos – cinco filhos – com minha mãe, e meu pai nas ruas, defendendo a população. E agora esse homem é morto nas ruas, em combate à criminalidade, e a mulher dele e os filhos estão abandonados pelo governo do Estado. Não há dinheiro para pagar a viúva, para cuidar dos filhos.

Achei que hoje eu teria tempo para falar sobre o que está acontecendo com os depósitos judiciais em Minas Gerais. Aquela mulher, abandonada pelo marido, ia buscar pensão alimentícia no Banco do Brasil, só que o Pimentel lhe tirou esse direito para usar com pagamento de avião. E o incapaz? Era o dinheiro do incapaz que estava no Banco do Brasil. O Banco do Brasil falou: “Agora não há dinheiro mais para pagar essas pessoas”. Essa é a verdade. Na viação aérea PT estão viajando duas pessoas no avião. É lamentável.

É lamentável também o que está acontecendo na saúde em Minas Gerais. Esse PT – já sabíamos – deixou Minas Gerais no 15º lugar em repasse para a saúde, nos 13 anos de governo do PT. Ficamos atrás de Tocantins. Está aqui o deputado Carlos Pimenta, médico, que domina a matéria. Ele sabe o que aconteceu em 13 anos de governo do PT. Agora veio para Minas Gerais.

Já temos mais de 100 mortes pela febre amarela e mais de 100 casos a serem confirmados. É muita morte, e parece que não está acontecendo nada. O deputado João Vítor Xavier chegou aqui para falar sobre o que está acontecendo nos hospitais, mas parece que está tudo bem, que não há problema, mas há problema, sim. São muitos problemas, e o que vemos é o dinheiro sendo gasto de maneira equivocada.

O PT quer uma empresa aérea, quer ter um avião. Para quem, se é um governo para todos? Mas todos quem? Uma passagem de avião custar R\$500,00 para Passos? Eu não sei quanto custa para Teófilo Otôni. Seiscentos reais? Quem é que vai? É de Gontijão mesmo! Vai no Gontijão ou pega o trem da Vale até Governador Valadares, faz baldeação e segue em outro ônibus de alguma viação para chegar a Teófilo Otôni. Essa é a verdade.

Os governos do PT cheiram a mofo. É coisa muito antiga. Fui à União Soviética, no tempo da Guerra Fria, quando eu era jogador de futebol. Aqui está o Adelson Duarte, que faz muitos negócios com a Romênia hoje. Na Romênia, nós víamos filas para comprar. Estamos vendo o que aconteceu na Venezuela e está acontecendo em Cuba. O PT queria implantar o mesmo modelo no Brasil. É isso o que eles queriam. O projeto do PT mofa, é antigo demais, não tem gestão. Aí acontece essa situação. Gasta-se mal.

Está aqui o veto a um projeto moderno do deputado Carlos Pimenta, que propõe algo que deu certo em Minas Gerais. Nós temos uma crise penitenciária no Brasil, e a imprensa de todo o País veio a Minas Gerais por causa da parceria público-privada de Ribeirão das Neves. É a maior e melhor experiência do Brasil. Em todo o tempo há fugas. Há não sei quantas câmaras. A empresa é responsável por tudo. É isso o que o deputado Carlos Pimenta quer, ou seja, modernizar, fazer parceria com o poder privado para melhorar as nossas estradas. Ele sofre com a 251, a 135, as estradas estaduais do Norte de Minas; ele sonha com parcerias para melhorar as condições nas estradas, no sistema penitenciário, para termos uma segurança maior. O que a Assembleia fez? Aprovou o projeto, que é moderno. Mas os governos do PT cheiram a mofo. Eles até se arrepiam de ouvir isso, querem que o governo tenha uma companhia aérea. Está errado! Eles querem que o governo tenha um banco. Não é para governo mexer com banco, com companhia aérea ou estrada. Ele pode fazer parceria para cuidar de uma estrada. Mas, como o projeto do PT é antigo, cheira a mofo, não deu



certo, o governador Pimentel vetou a proposta. Isso é lamentável. Eu sinto. Majoritariamente, esta Casa reconheceu o esforço do deputado Carlos Pimenta, que trabalhou, debruçou-se sobre a proposta, que é completa. Mas o governador deu uma canetada. “Nós não queremos isso.” Quer o quê? As estradas como estão? A quantidade de mortes que aconteceram nas estradas estaduais durante o carnaval? O deputado Carlos Pimenta apresentou uma proposta, e nós concordamos com ele. Espero que a Assembleia Legislativa seja moderna e derrube o veto do governador Pimentel. Essa maneira de governar fede a mofo, precisamos da modernidade. O projeto do deputado Carlos Pimenta aponta para a modernidade, para maiores possibilidades. Se o governo não tem dinheiro, vamos fazer uma parceria, melhorar as estradas, as pontes. O deputado Carlos Pimenta propôs isso, mas não, o PT quer ter companhia aérea, banco e cuidar de todas as estradas. Mas não cuida, elas estão cheias de buracos e acidentes.

É claro, é o pai da matéria. Vamos ouvir o deputado Carlos Pimenta. Digo que estou com V. Exa., que votarei pela derrubada do veto, pois é um atraso para Minas Gerais o veto do governador Pimentel à sua proposta.

O deputado Carlos Pimenta (em aparte)\* – Muito obrigado. deputado João Leite, pela defesa de um projeto que, como V. Exa. disse, teve início; começamos a sua discussão em 2003. Estamos falando de um prazo de 13 anos em que estamos tentando mostrar a importância de se fazerem essas parcerias. O Estado não tem de se preocupar com o seu tamanho, ele tem de se preocupar com as pessoas. O Estado, como V. Exa. disse, não pode ficar preocupado em ter uma companhia de aviação, e muitas vezes de um avião só, dois aviões monomotores para transportar passageiros. Até que a justificativa, em tese, pode mostrar que vale a pena ter essas companhias. Podem dizer que vão transportar os passageiros para o interior, a fim de chegarem mais rápido, para terem uma discussão socioeconômica da região.

Nenhuma empresa consegue sobreviver. As grandes empresas hoje não sobrevivem. A toda hora estamos vendo uma incorporação de uma empresa a outra. Antigamente era Total, depois mudou de nome e hoje é Azul. Então, as empresas tentam sobreviver neste mundo competitivo, globalizado em que estamos. A TAM se uniu com outra empresa e formou a Latam. A TAM é uma grande empresa, internacional e, ainda assim, não sobreviveu. Agora vêm as pequenas empresas com esse álibi, com essa desculpa de que vamos facilitar. Os aviões estão andando vazios. Fui de Belo Horizonte a Teófilo Ottoni, ia para Nanuque. Havia eu e mais dois passageiros num avião monomotor, e paguei R\$600,00 pela passagem para chegar em Teófilo Ottoni, para depois ir para Nanuque. Então, é impossível que uma empresa dessa possa sobreviver.

Agora estamos vendo aí o relatório. O Estado deve desembolsar R\$2.500.000,00 para cobrir o rombo, as falhas que havia nessas empresas. O Estado não tem de se preocupar com isso não, João. Não tem de se preocupar com essas coisas. A Codemig quer comprar banco? Olha, estamos vendo os bancos maiores engolindo os menores. Dizem que banco é como lagoa de jacaré, os maiores engolem os pequenos. Isso está acontecendo. Para que o Estado quer ter banco? Pelo amor de Deus! O BDMG está aí; deveria ser um banco de fomento, mas não está financiando nada. De vez em quando lança um programa, como o de asfaltamento, com juros. Se o prefeito for ao mercado interno ou fizer um bom negócio, conseguirá juros mais baixos do que os do banco oficial do Estado, que é o BDMG. É um banco que não serviu para nada.

Nesses dias mesmo fiz um pronunciamento querendo saber as contas do BDMG. Ninguém sabe as contas dele, quanto recebe, o que faz, como arrecada, quais são os ativos e passivos. Aquilo ali é uma caixa-preta, podre, fechada, ninguém sabe o que tem lá. O presidente chega lá indicado, e ninguém o conhece. Não presta contas à Assembleia. Este é o lugar de se prestarem contas ao povo.

Então, o Estado tem de se preocupar menos com ele e mais com o contribuinte. V. Exa. falou sobre a saúde pública. Estamos vivendo um período de exceção. Nunca a saúde do País, de Minas Gerais passou por uma dificuldade tão grande como está passando em todas as regiões.

Está aqui a nossa querida deputada Geisa, de Varginha. Estive lá há duas semanas, no Carnaval. Passamos lá uns dias com a minha filha, com as minhas netinhas. Pude conversar, Geisa, com algumas pessoas ligadas ao Hospital Regional do Sul de Minas, que



está passando pela pior crise, a pior fase. Está quase fechando as portas. É um hospital maravilhoso. Sou testemunha disso. A minha filha teve o parto adiantado em oito semanas, e minha netinha ficou 10 dias no CTI neonatal de Varginha. É uma maravilha, uma beleza aquele hospital, no entanto está passando por dificuldades.

Estive em Três Pontas fazendo uma visita à santa casa, que também está passando dificuldades, atrasando os salários.

Se você for ao Sul de Minas, verá que a saúde está precária. Se você for ao Triângulo, será a mesma coisa. Se você for à Zona da Mata também. E o Norte de Minas, coitado, está passando pelo período mais difícil. O Estado tem de ser eficiente. Falei com o secretário Sávio: “Sávio, você tem de lutar. Não pode ficar dessa forma”. Ele disse: “O secretário de Fazenda não repassa dinheiro. Como vou fazer?”. Está desse jeito. A dificuldade é muito grande.

Deputado João Leite, vou falar depois sobre esse projeto, não sei se hoje dará tempo, mas quero falar durante 1 hora. Preparei exemplos de parceria público-privada que deram certo, que estão dando certo. Deixem a iniciativa privada que está relegada ao segundo plano tomar conta de assuntos que não são de interesse do Estado, não são de interesse do povo. É primordial que a parceria público-privada seja incentivada. Esse projeto tem uma visão voltada para as estradas.

Não sei se alguém está me vendo ou me escutando, mas o presidente passou pela MG-050, que é uma estrada estadual que sai de Belo Horizonte e vai até a divisa de São Paulo, em São Sebastião do Paraíso. É um percurso de quase 400km. Quando alguém passa ali, e de 50km em 50km tem de pagar pedágio, que é caro, está quase R\$6,00, se não tiver um bom coração, morre de infarto pela raiva de ter de pagar pedágio e transitar por uma estrada daquela. É uma estrada que não tem sequer a terceira pista, deputado João Leite. Se você der azar de ficar atrás de um caminhão, andará 40km atrás dele, porque não há como ultrapassá-lo. Se seu carro quebrar, não há socorro, não há telefone às margens da rodovia para pedir socorro. Não há atendimento médico, não há ambulância, e eles cobram pedágio. Enquanto paga-se R\$1,80 de pedágio na Rodovia Fernão Dias, lá pagam-se R\$5,80 de 50km em 50km.

Esse projeto não deveria ser chamado de Carlos Pimenta, ele é um projeto inspirado na MG-050 para evitar que empresários venham roubar dinheiro do povo, explorar o povo mineiro, tirar recurso dos motoristas, dos proprietários dos carros que passam por ali. Não estou falando de um ou dois carros, são centenas de carros por dia. Há 14 anos a Sol Nascente, que é o nome da empresa, ganha uma fortuna. Essa empresa só está botando o “dindim” no bolso, botando o “cascalho” no bolso, mas não está preocupada em oferecer benefícios. Meu projeto determina obrigatoriedades. Se querem privatizar uma estrada estadual, tudo bem, mas quem participar da concorrência pública saberá que, para cobrar do povo de Minas Gerais, terá de fazer a duplicação, terá de colocar socorro médico, e também é necessário haver telefone às margens da rodovia. Qualquer país sério faz isso.

O Estado de São Paulo não permite que uma rodovia como a MG-050, como é a nossa, seja privatizada. Lá não, lá paga-se pedágio, mas o povo paga sabendo que está usufruindo um bom serviço. Aqui, em Minas, o governo informou que 3.000km poderão ser repassados à iniciativa privada com cobrança de pedágio. Esse projeto é moderno, como V. Exa. disse, vai valorizar o mineiro, vai fazer com que as pessoas paguem pedágio, mas sabendo que recebem um serviço de primeira qualidade.

Mas o projeto foi vetado. Não estou entendendo. Ele foi vetado por quê? Veja a justificativa do veto do governador. O projeto foi vetado porque o processo de concessão das estradas já obriga ou já impõe cláusulas para as concessionárias cumprirem. Mas elas estão cumprindo? Não estão cumprindo.

Aqui não é um local de fazer de conta que se fazem leis. Quando a lei é boa e tem interesse do contribuinte, do povo, vem o veto.

Espero que esta Casa se valorize, porque derrubar um veto desses é deixar de dar um tiro no pé dos deputados, derrubar um veto desses é pensar em quem está passando pelas estradas, derrubar um veto desses é valorizar as estradas boas. Será que não merecemos estradas boas? Pelo amor de Deus! O ex-governador Aécio Neves levou o asfalto, a via de acesso, a 224 cidades de Minas Gerais, João Leite, à região do Muruci, do Jequitinhonha, do Norte de Minas. Andávamos 70km, 80km na lama, na terra, nos buracos,

e hoje se anda só em cima do asfalto. O governo do Estado, o atual governo Pimentel não quer entender que esses programas são do povo. Parece que tudo que é do povo é proibido no governo Pimentel. Acho que não pode ser dessa maneira.

Queria agradecer. Desculpe-me se tomei o tempo de V. Exa., mas tenho dados, números que mostram a importância desse projeto, que não existe só em Minas Gerais. Não estou reinventando a roda, não estou inventando um projeto. Estamos analisando, estudando os outros estados, e aqui em Minas tínhamos, ou temos ainda – vai depender das senhoras deputadas e dos senhores deputados – a grande oportunidade de falar não. O projeto não pode ter o carimbo político. “Porque Carlos Pimenta é do PDT, faz parte da base de oposição ao governador, que não aceita as coisas como estão, vamos vetar.” Não quero acreditar que seja por isso, mas também não quero acreditar que a justificativa de veto a esse projeto seja porque já existem as determinações, as recomendações para quem venha privatizar o Estado em Minas. Aí não, aí é lei. A pessoa que não cumprir estará desobedecendo a uma lei. Estamos transformando em lei a aspiração, o sentimento do povo mineiro de indignação, de raiva, de ódio, porque passa pelas estradas, paga um pedágio caro e não tem o benefício. E o governador vetou. Muito obrigado.

O deputado João Leite\* – Muito obrigado. V. Exa. veio trazer brilhantismo à minha manifestação, à discussão desse veto. É importante, porque V. Exa. traz outro dado importante que é o enfraquecimento do Parlamento. Quando falamos que um contrato é maior do que uma lei – temos a hierarquia das leis, começando pela Constituição, depois pelos estatutos e leis complementares... Nesse caso, nas razões do veto, o governador disse que já há as normas do contrato. Quer dizer, estão acima de uma legislação as normas de contrato. É como as secretarias que estamos vendo. Mesmo em algum momento, polícias fazem portarias. E as portarias e resoluções ficam acima das legislações propostas e aprovadas pela Assembleia Legislativa. Vem então uma justificativa de veto com o argumento de que já existem as determinações dos contratos. Então não pode haver lei. É até uma aberração jurídica.

V. Exa. falou sobre a questão da saúde. É muito interessante, porque a solução do PT eram os cubanos. Tem um cheiro aqui de cubano. Quem encheu as burras de dinheiro... Lembro-me bem de quando minha esposa ainda era jogadora de vôlei. Contrataram uma jogadora cubana que recebia US\$5.000,00 por mês, mas ela ficava com US\$500,00: US\$4.500,00 iam para o governo de Cuba. Foi o que aconteceu com esses médicos que vieram para cá: uma parte ou a grande parte do dinheiro ia para Cuba, e o resto ficava aqui com os cubanos. O grande projeto do PT no Brasil foi trazer médicos cubanos. Fiasco monumental. Agora o PT assume – e vocês vão falar melhor, está aqui o líder Mourão – e 90% do Hospital Regional de Valadares está pronto, mas o PT, o Pimentel, não termina as obras.

Os hospitais regionais estão quase prontos e não há obras para encerrá-los. Queremos falar muito mais sobre isso, mas devo conceder um aparte ao meu líder, ilustre Prof. Bonifácio Mourão, por quem tenho grande admiração e respeito. É claro que quero ouvi-lo.

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte) – Deputado João Leite, acompanhávamos atentamente o belo pronunciamento de grande conteúdo feito por V. Exa., que agora aborda a questão dos médicos cubanos. Não quero dizer que eles tenham prejudicado a saúde dos brasileiros, mas prejudicaram os inúmeros médicos brasileiros. Não só os médicos foram prejudicados, mas também algumas escolas de medicina do Brasil, e não foram poucas. A escola de medicina da Univale só tem 50 vagas e não tem condições de se manter dessa forma. No entanto, a Univale está trabalhando, e estamos trabalhando muito também, estamos apoiando o diretor executivo, Dr. Rômulo Coelho, o reitor, e assim por diante, para conseguirmos aumentar o número de vagas para 100. Não é só esse o caso.

Sei que, na comissão tripartite de Brasília, o parecer é favorável ao aumento de vagas, mas não conseguem nada. Por que buscar novas vagas? Exatamente para dispormos de novos médicos brasileiros para atenderem à população e não acontecer o que aconteceu nos governos passados, em que Lula e principalmente Dilma tiveram de importar médicos da forma como, sabemos, foi feita. Eles não fizeram isso para atender a sociedade brasileira e, sim, para atender a comunidade cubana, conforme V. Exa. destacou, o que é lamentável.



Não podemos concordar, em hipótese alguma, com essa situação. Deputado João Leite, V. Exa. aborda bem esse tema, porque é um deputado que sempre se preocupa com toda Minas Gerais. Isso é fundamental. É importante a questão dos hospitais regionais, do hospital de Governador Valadares, que vai atender a população de 86 municípios. Ele está praticamente pronto, mas ainda se encontra no esqueleto. Por quê? Porque o governo Pimentel parou não só as obras do hospital público de Governador Valadares, mas também de 12 a 14 hospitais públicos regionais de Minas Gerais. V. Exa., demais deputados e pessoas que nos ouvem, vejam a importância dessa questão. A que visam esses hospitais regionais construídos no governo Antonio Augusto Anastasia, iniciados e quase terminados, já que não houve tempo para terminá-los? Eles visam conter a demanda do interior para a capital, que já não suporta a vinda de doentes do interior. Isso é um vexame. Hoje os pacientes precisam ficar numa ambulância, seguindo para a capital. Muitos estão morrendo na viagem, como ocorre no trajeto de Governador Valadares para cá, pela BR-381, pela Rodovia da Morte. O governo do PT nunca deu andamento a essa rodovia. Enquanto Fernando Henrique Cardoso fez a BR-381-Sul até São Paulo, os governos Lula e Dilma, durante 12 anos, nada fizeram pela complementação da BR-381-Norte até Governador Valadares.

Não podemos ficar por aí, deputado João Leite, nessas considerações gerais que V. Exa. está a fazer. Precisamos nos lembrar do programa Poupança Jovem, que veio do governo Aécio Neves e que o governo Pimentel parou também. São quase R\$100.000.000,00 que esse governo está devendo aos jovens. Para aqueles que não se lembram muito bem desse programa, vou recordar: é um programa que o governo Aécio Neves criou para ajudar os estudantes de escolas públicas que não tinham recursos, principalmente para que dessem seguimento aos estudos depois que terminassem o 2º grau. É um programa de um valor social muito grande. Eram R\$1.000,00 por ano concluído. Aqueles que concluíssem os três anos do 2º grau receberiam, ao final, R\$3.000,00. Com esse valor, muitos cursariam a faculdade, ou, pelo menos, teriam o dinheiro para iniciá-la. Outros, em parceria com companheiros, poderiam abrir o negócio próprio, e assim por diante. Então, eles não ficariam parados no tempo. Mas agora estão parados. Estão parados e tristes, deputado João Leite, porque não têm para onde ir.

São quase 100 milhões de crédito para receber do Poupança Jovem, e o governo Pimentel, do PT, não responde nem paga.

Então, deputado João Leite, estamos aqui para nos solidarizar com V. Exa. nessas palavras de conteúdo extremamente importante, para alertarmos um governo que não se movimenta para nada em termos de ações. Até sei que se movimenta em outro sentido, mas no sentido da construção, não. E V. Exa. se lembra de que, há pouco tempo, nós enumeramos várias obras feitas nos governos Aécio Neves, Anastasia e Alberto Pinto Coelho. Recordamos porque alguns deputados do PT vão à tribuna para dizer que choque de gestão, gestão para a cidadania e estado para resultados não deram em nada. Ao contrário. Nós mostramos, por meio das obras e dos números – comprovados, e não inventados como fazem por aí – a essência dos governos de Aécio Neves, Anastasia e Alberto Pinto Coelho. Agora, queremos comparar. Será que tem comparação, deputado? Não tem. O povo de Minas Gerais está desencantado, decepcionado pelos motivos que V. Exa. citou nas áreas da saúde, do meio ambiente, da infraestrutura, da educação, e assim por diante.

Portanto, em um rico pronunciamento de V. Exa., gostaríamos de partilhar esse conteúdo ou pelo menos fazer um pequeno aparte à sua fala. Muito obrigado.

O deputado João Leite\* – Sou eu que agradeço a grande contribuição, e V. Exa. trata de um tema importante, que é o tema social. Nossos governos foram muito fortes na área social. V. Exa. fala do Poupança Jovem, e 194 escolas de Esmeraldas, da sua Governador Valadares, da nossa querida Ibitiré, Juiz de Fora, Montes Claros, Pouso Alegre, Teófilo Otôni e Ribeirão das Neves, tão necessitada, estão sem receber. Está citada uma jovem de 21 anos em Ribeirão das Neves que deseja receber o Poupança Jovem. São mais de 100 milhões que o governo do PT não repassa. Isso não é social?

O deputado André Quintão (em aparte)\* – Nobre deputado, ouvi atentamente, de maneira democrática, como deve acontecer no parlamento, a exposição de V. Exa. com relação ao veto. Quero dizer que essa modelagem de PPP existente hoje, por exemplo, para as estradas, particularmente para a MG que perpassa o Centro-Oeste e o Sudoeste mineiro – Divinópolis, Passos, São



Sebastião do Paraíso – foi uma modelagem feita nos governos anteriores, objeto inclusive de críticas nossas do ponto de vista do conteúdo, em função de se tratar de uma PPP que não previu, de imediato, a duplicação. Portanto, só para resgatar isso de maneira clara, várias audiências públicas foram realizadas na Assembleia Legislativa, inclusive por mim, porque o próprio cronograma de desembolso da empresa que ganhou o processo de licitação estava completamente atrasado.

Com relação à saúde, aos médicos cubanos, tenho uma divergência frontal. Pelo menos nas cidades que acompanho, principalmente as mais distantes, os municípios menores, onde a medicina não tem uma atração tão grande para os profissionais, em razão da medicina complementar que às vezes os médicos têm e também em função da questão financeira das prefeituras, é muito comum a rotatividade, os médicos não se fixarem nos municípios.

E os médicos cubanos, por sua formação e vivência, são médicos de comunidade e, junto aos médicos brasileiros, que em grande parte também são comprometidos com a saúde pública, fazem uma ação complementar, não substitutiva. Então, no meu entendimento, é um programa importante.

Já o Poupança Jovem demanda uma discussão. Não vou discutir o direito de quem já estava no programa, que, aliás, é da área da educação e que não acompanhei diretamente quando fui secretário. Do ponto de vista da expectativa do direito do jovem, acredito que faz parte do legítimo direito dos jovens reivindicarem que essa expectativa seja observada, ou seja, que, ao final dos três anos do ensino médio, recebam os R\$3.000,00 nas 194 escolas dos 11 municípios. Lembrando que não estou discutindo aqui posições de partido, mas política pública. A formatação desse programa, no meu entendimento, não foi a mais adequada. Em primeiro lugar, porque a expectativa de renda não resolve de imediato o problema da renda do jovem. Eu mesmo fui crítico quando o governo federal mexeu muito nos programas de transferência de renda para os jovens, agregando tudo para a família. As pesquisas mostram que a evasão em cursos profissionalizantes tem muito a ver com a necessidade de renda: se não se agrega renda à profissionalização, a evasão cresce. Então, essa é uma crítica que faço. Se fossem R\$100,00 mensais pagos de imediato, eu defenderia a lógica do Poupança Jovem. Mas, trata-se de uma expectativa e, por R\$100,00, aliás, pela expectativa de R\$100,00 ao mês, ele não vai... Outros fatores, como as questões de família, das drogas e da baixa estima, fazem com que ele se evada do ensino médio. Ou seja, concordo com a preocupação que fundamentou o Poupança Jovem.

Mas, no meu entendimento, deputado João Leite, o mais importante, o basilar no ensino médio e no ensino fundamental é exatamente que os professores e demais profissionais estejam motivados e trabalhando. Então, a assinatura do piso nacional do magistério foi a grande conquista registrada no atual governo Pimentel em relação à área da educação. Tanto é que estamos chegando ao terceiro ano de governo com as escolas em pleno funcionamento regular. Isso também é política social.

Para terminar, deputado João Leite, tomo o caso da assistência, de que V. Exa. esteve à frente: fez um trabalho reconhecido no primeiro ano do governo Aécio; foi presidente do Fórum Nacional de Secretários de Estado; fez a migração e a transição de programas de transferência de renda; e conseguiu, com a Assembleia, um projeto de inclusão social de famílias vulnerabilizadas no PPAG 2004-2007. Mas o fato é que, com a implantação do Suas e da transferência de repasse para os municípios, também por questões orçamentárias, no ano de 2014 – que, para mim, é o ano de referência, já que assumi a secretaria em 2015 –, vimos que a execução orçamentária do governo anterior foi de 14% da Ação Piso Mineiro da Assistência Social – o repasse mensal para os 853 municípios de R\$2,20 por família inscrita no Cadastro Único. Em 2015, pagamos as 12 parcelas no ano, ou seja, regularizamos o pagamento do ano – a Assembleia aprovou e o governador também fez um decreto de transferência regular. No ano passado, em função da crise, foram pagas seis parcelas. Portanto, em dois anos, tivemos uma execução orçamentária de 75% do piso, contra 14% de execução no ano de 2014. Mas nesta semana o governador Pimentel já autorizou o acerto gradativo das seis parcelas do ano passado, de modo que a cada mês serão pagas uma parcela do ano passado e uma deste ano. Já foram autorizadas, então, a sétima parcela do ano passado e a primeira deste ano. Isso na política de assistência social.



Fato é que sabemos das dificuldades de todos os governos, mas temos certeza de que o governo vai fazer um esforço para garantir o direito à expectativa desses jovens. Eu apenas queria trazer essas questões para nossa reflexão e debate nesta Assembleia.

O deputado João Leite\* – Obrigado, deputado André Quintão. Queria dizer também da minha discordância especialmente em relação à questão das concessões. Expomos permanentemente a nossa insatisfação com o modelo de concessões do PT. O governo do PSDB deixou pronta aquela Rodovia 381: 600km de Belo Horizonte a São Paulo. E, de repente, para a manutenção, cobra-se o valor de R\$1,80, diferentemente da MG-050, onde não havia 1km duplicado, e a empresa que entrasse deveria fazer toda a duplicação, como é na 040. De Juiz de Fora até Brasília são 950km. O trecho de Goiás já está todo duplicado. Em Minas Gerais, não temos nada duplicado na 040. É o modelo de concessão que o PT colocou.

O que o deputado Carlos Pimenta e a Assembleia Legislativa aprovaram? Uma legislação regulamentando esse acompanhamento. Era isso. Não pode... “Ah, está bom. A MG-050 tem um contrato. Ganhou a licitação a empresa Nascentes das Gerais – parece que é esse o nome –, e ela tem de cumprir aquilo”. Assim também considero equivocado o que foi feito na BR-040.

Temos o anel rodoviário. Metade dele está concedido. O governo do PT concedeu. Noutro dia um caminhão tombou e entornou querosene no anel rodoviário. Isso parou Belo Horizonte. O PT não discutiu com ninguém e entregou metade do anel. O restante está lá abandonado. Ontem houve morte no anel. Faltam passarelas e cuidado com o anel. Agora temos de conviver com isso. Está lá, e não há como cobrar essa situação.

Depois vem a questão social. Olhe, André, V. Exa. acompanhou os nossos governos. Participamos juntamente com o governo federal e construímos em cima do nada. Não existia nada em Minas Gerais praticamente em relação à questão social do novo modelo proposto desde a própria Constituição. Depois da Lei Orgânica da Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social, nós nos juntamos e pusemos à disposição o cadastro de Minas Gerais e construímos isso tudo juntos. Não podemos pegar 2014 e nos esquecer do orçamento anterior e de todo o esforço que foi feito no governo Aécio e Anastasia e no próprio governo Alberto no final. Já havia uma estrutura montada.

Por fim, fico com a opinião do nosso querido Prof. Bonifácio Mourão. A grande perda, no final das contas, é da formação de médicos no Brasil. O PT se equivocou. Foi um equívoco trazer os médicos cubanos. Só poderemos dimensionar a perda da formação dos médicos brasileiros daqui a alguns anos. Foi um equívoco monumental. Se foi ideológico o que se pensou naquele momento, o próprio arranjo econômico com os países bolivarianos foi equivocado. Alimentar a Venezuela com a megalomania de Chaves e de Maduro é outro equívoco monumental.

Quero agradecer a paciência da presidente Geisa Teixeira, tão amável. Gostei desse modelo de mulher na Mesa: educada, amável e silenciosa. Queria guardar o restante do tempo que tenho para a discussão na próxima reunião.

\* – Sem revisão do orador.



## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 13/3/2017, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Diogo Cangussu Borges Pinheiro, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Tadeu Martins Leite;

exonerando Edval Magno Cipriano, padrão VL-21, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva;



nomeando Raquel Gobira de Sousa, padrão VL-21, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Doutor Jean Freire;  
nomeando Adriana Alves Ferreira de Souza, padrão VL-27, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Carlos Pimenta;

nomeando Agnaldo de Alcantara, padrão VL-18, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cabo Júlio;  
nomeando Diogo Cangussu Borges Pinheiro, padrão VL-57, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;  
nomeando Jose Osvaldo Ribeiro de Melo, padrão VL-44, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Tiago Ulisses;  
nomeando Karen Danielle Giori Lima, padrão VL-18, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Léo Portela;  
nomeando Robson André dos Santos, padrão VL-10, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva;

nomeando Zulma Maria Braga de Oliveira Cunha, padrão VL-57, 8 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Secretaria.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c artigo 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.086, de 2/5/2016, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 13 de março de 2017, a servidora Maria Aparecida Penido de Oliveira, CPF nº 497.952.366/87, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, padrão VL-66, classe especial, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

## **EDITAL ASSEMBLEIA CULTURAL Nº 3/2017, DE 13 DE MARÇO DE 2017**

### **SELEÇÃO DE ESTUDANTES DE MÚSICA ERUDITA – SEGUNDA MUSICAL**

A Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais faz saber aos interessados que serão abertas, no período de 27 de março a 14 de abril de 2017, as inscrições para a seleção de estudantes de música erudita para o Projeto Segunda Musical no ano de 2017, conforme o disposto neste edital.

#### **1. FINALIDADE**

Selecionar jovens estudantes de música erudita para a realização de apresentações individuais ou em grupo no Projeto Segunda Musical, que acontece às segundas-feiras, às 20 horas, no Teatro da Assembleia, com gravação e transmissão posterior pela TV Assembleia.

#### **2. PARTICIPAÇÃO**

2.1 O presente edital destina-se a estudantes de música erudita em quaisquer níveis de formação (alunos de cursos livres de música, graduandos e pós-graduandos), com idade mínima de 16 anos e máxima de 35 anos completados até 14 de abril de 2017.

2.2 Para grupos de câmara é permitida a participação de músicos que não sejam estudantes, respeitada a seguinte composição: duos, trios e quartetos podem ser compostos com até um músico que não seja estudante; formações com mais de quatro integrantes podem ser compostas com até 2 músicos que não sejam estudantes.

### 3. INSCRIÇÕES

3.1 As inscrições serão gratuitas e realizadas no período de 27 de março a 14 de abril de 2017, exclusivamente por meio de formulário eletrônico disponível no Portal da Assembleia ([www.almg.gov.br/almg\\_cultural/](http://www.almg.gov.br/almg_cultural/)). Não serão recebidas inscrições pessoalmente ou via Correios.

3.2 Os candidatos receberão número de protocolo do recebimento da inscrição *on-line*.

3.3 Para fins de inscrição, o candidato deverá fornecer:

a) Dados pessoais do candidato ou do integrante do grupo que for responsável pela inscrição (nome, endereço completo, CPF, telefone, data de nascimento, *e-mail* de contato, instrumento ou classificação vocal e grau de formação musical)

b) Especificação da(s) peça(s) a ser(em) executada(s) no exame de seleção, indicando: autor, título, *opus*, movimento a ser interpretado, minutagem e nome dos músicos acompanhantes. O repertório para a prova deverá ter de 9 a 10 minutos;

c) Nome do conjunto, no caso de grupo, se houver;

d) Dados pessoais de cada integrante (nome, data de nascimento, instrumento ou classificação vocal e grau de formação musical). Não poderão ser acrescentados posteriormente novos integrantes.

### 4. SELEÇÃO

4.1 A seleção será realizada em duas etapas: a etapa de habilitação e a etapa de audição.

4.2 A habilitação terá caráter eliminatório e será realizada por comissão organizadora composta por 3 representantes da ALMG, com o objetivo de verificar se o candidato cumpre as exigências documentais previstas neste edital.

4.3 Serão habilitados até 60 candidatos para a audição, respeitada a prioridade aos candidatos mais jovens.

4.4 Em caso de empate segundo o critério de idade, serão priorizadas as candidaturas de grupos musicais, em detrimento de inscrições individuais.

4.5 A ALMG publicará no *Diário do Legislativo* e no Portal da Assembleia ([http://www.almg.gov.br/almg\\_cultural/](http://www.almg.gov.br/almg_cultural/)) a relação de candidatos habilitados para a audição e a data e horário da prova de cada um, até 24 de abril de 2017.

4.6 A audição será realizada nos dias 6 e 7 de maio de 2017, das 9 às 12 horas e das 14 às 17 horas, no Teatro da Assembleia (Rua Rodrigues Caldas, 30, Santo Agostinho, Belo Horizonte).

4.7 A audição terá a duração máxima de 10 minutos para cada candidato.

4.8 O candidato também deverá trazer sua estante. Não será exigido o fornecimento de partitura para o júri.

4.9 O traje do candidato deverá ser o mesmo (ou semelhante) planejado para uso no concerto, caso seja selecionado;

4.10 Para o credenciamento, o candidato deverá apresentar-se no dia da audição com antecedência de 20 minutos do horário agendado pela comissão organizadora, portando os seguintes documentos:

a) carteira de identidade do candidato e, se houver, do músico acompanhante; em se tratando de grupo, são exigidos os documentos de todos os seus integrantes.

b) comprovante da condição de estudante (comprovante de matrícula em instituição de ensino de música ou declaração redigida e assinada pelo professor-tutor) do candidato responsável pela inscrição e, no caso de grupo, dos demais estudantes integrantes.

4.11 Será exigida pontualidade do candidato, sob pena de desclassificação.

4.12 O candidato deverá participar de uma sessão de fotos oficiais no dia da audição e assinar o Termo de Autorização de Uso de Imagem e Voz pela ALMG.



4.13 A audição, aberta ao público, terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada por pareceres técnicos.

4.14 Os pareceres técnicos serão emitidos por, no mínimo, três profissionais especializados.

4.15 A comissão organizadora é responsável pela compilação dos pareceres técnicos emitidos com a finalidade de julgamento e seleção de candidatos (individual ou em grupo)

4.16 A decisão da comissão organizadora, subsidiada pelos pareceres técnicos, é soberana.

4.17 A ALMG não disponibilizará acompanhador musical para a audição.

4.18 O júri obedecerá aos seguintes critérios para seleção:

- a) afinação;
- b) ritmo;
- c) técnica;
- d) interpretação;
- e) originalidade;
- f) performance.

4.19 Os pareceres técnicos terão os critérios supracitados graduados em uma escala de pontuação de 1 a 10, sendo que a nota mínima, 1, deverá ser atribuída ao critério que menos se adequar aos objetivos expostos neste edital, e a nota máxima, 10, àquele que melhor se adequar.

4.20 O resultado final da audição (Resultado Final – Classificação Geral) será divulgado no *Diário do Legislativo* e no Portal da ALMG ([http://www.almg.gov.br/almg\\_cultural/](http://www.almg.gov.br/almg_cultural/)), até o dia 15 de maio de 2017.

## 5. OBRIGAÇÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

5.1 Tornar público o resultado da seleção do presente edital.

5.2 Realizar sessão de fotos oficiais com cada estudante e/ou grupo no dia da audição.

5.3 Comunicar o resultado aos estudantes e criar a programação anual de concertos coletivos, com apresentações de estudantes selecionados individualmente ou em grupo.

5.4 Disponibilizar o Teatro da Assembleia para a apresentação aberta ao público, sem cobrança de taxas ao estudante ou grupo.

5.5 Divulgar o projeto Segunda Musical por meio da elaboração e distribuição de material informativo à imprensa, bem como das imagens cedidas pelo estudante ou grupo selecionado, para os veículos de comunicação regionais e nas mídias institucionais da ALMG (TV ALMG, Rádio ALMG, Portal da Assembleia, intranet, redes sociais da ALMG, cartazes).

5.6 Criar o convite virtual de cada apresentação para divulgação.

5.7 Providenciar produção, gravação, edição e transmissão da apresentação pela TV Assembleia.

5.8 Providenciar e distribuir o programa de sala no dia da apresentação.

5.9 Fornecer a gravação do concerto ao estudante ou grupo em dois DVDs (um na íntegra e outro editado).

5.10 Caso o músico selecionado necessite mais do que o auxílio fornecido pela ALMG, como convites diferentes do modelo padronizado, montagens, equipamentos e/ou materiais especiais, essas providências serão de inteira responsabilidade do estudante e deverão ser aprovadas pela ALMG.



## 6. OBRIGAÇÕES DO ESTUDANTE OU GRUPO SELECIONADO

6.1 Apresentar, em até 15 dias corridos após a divulgação do resultado referido no item 4.21, os documentos exigidos ao andamento do processo de pagamento e divulgação por parte da ALMG, quais sejam:

a) cadastro no e-social;

b) ficha cadastral preenchida e assinada (conforme modelo);

c) currículo do candidato e, se houver, do músico acompanhante; em se tratando de grupo, *release* do grupo e/ou currículos de todos os seus integrantes, pelo *e-mail* segunda.musical@almg.gov.br

6.2 Fazer a apresentação nos dias e horários combinados com o gestor do projeto Segunda Musical.

6.3 Fazer chegar à Assembleia Legislativa e recolher, por sua conta e risco, os instrumentos e equipamentos necessários, com exceção do piano disponível no Teatro da Assembleia.

6.4 Enviar, com antecedência mínima de 30 dias em relação à realização do concerto, ao gestor do projeto Segunda Musical, um roteiro com o repertório da apresentação, o qual deverá ser previamente aprovado.

6.5 Assinar o Termo de Autorização de Uso de Imagem e Voz em favor da ALMG no dia da audição.

6.6 Preencher e assinar o Recibo de Pagamento a Autônomo (conforme modelo a ser fornecido pela ALMG) no dia da apresentação.

6.7 Preencher e assinar Declaração de Retenção de INSS (conforme modelo a ser fornecido pela ALMG), no caso de estudantes que já contribuam para o INSS para evitar retenção duplicada, e entregá-la no dia da apresentação.

## 7. DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1 Não será exigida qualquer contrapartida dos músicos pela ALMG, além das obrigações contidas no item 6.

7.2 É de responsabilidade dos proponentes manter todos os dados cadastrais permanentemente atualizados junto à gestão do projeto Segunda Musical.

7.3 Quaisquer esclarecimentos sobre o edital poderão ser obtidos na Gerência de Relações Institucionais pelos telefones (31) 2108-7303, no horário das 8 às 13 horas, pelo e-mail [selecao.cultural@almg.gov.br](mailto:selecao.cultural@almg.gov.br), ou no Portal da Assembleia ([http://www.almg.gov.br/almg\\_cultural/](http://www.almg.gov.br/almg_cultural/)).

7.4 As datas das apresentações poderão ser alteradas pela ALMG mediante comunicação expressa ao estudante.

7.5 A ALMG poderá cancelar este edital a qualquer momento, devendo dar publicidade a tal decisão.

7.6 A ALMG se resguarda o direito de efetuar reserva técnica de datas para promover apresentações com músicos não estudantes e parceiros convidados.

7.8 O ato de inscrição implica a aceitação integral deste edital.

Belo Horizonte, 13 de março de 2017.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.